



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE**  
**CONTEMPORÂNEA**

**LUCAS RIBEIRO NOVAES**

**FAMÍLIAS, GÊNEROS E NARRATIVAS LITERÁRIAS:**  
**IDENTIDADES E CONTEXTOS NAS OBRAS DE RACHEL DE QUEIROZ E**  
**JOSÉ LINS DO REGO.**

**SALVADOR**  
**2020**

LUCAS RIBEIRO NOVAES

FAMÍLIAS, GÊNEROS E NARRATIVAS LITERÁRIAS:  
IDENTIDADES E CONTEXTOS NAS OBRAS DE RACHEL DE QUEIROZ E JOSÉ  
LINS DO REGO.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSAL-BA como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup>. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

SALVADOR

2020

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

N935 Novaes, Lucas Ribeiro

Famílias, gêneros e narrativas literárias: identidades e contextos nas obras de Rachel de Queiroz e José Lins do Rego/ Lucas Ribeiro Novaes. \_\_ Salvador, 2020.  
100 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

1. Gênero. 2. Família 3. Patriarcado 4. Literatura e Sociedade.  
I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon – Orientadora III. Título.

CDU 316.356.2:821.134.3(81)

## TERMO DE APROVAÇÃO

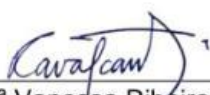
**Lucas Ribeiro Novaes**

**FAMÍLIAS, GÊNEROS E NARRATIVAS LITERÁRIAS:  
identidades e contextos nas Obras de Rachel de Queiroz e José Lins do Rego**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 30 de março de 2020.

Banca Examinadora:



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (UCSAL)  
Orientador(a)



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Assunção Lima de Paulo (UFCEG)



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva (UCSAL)

“A imaginação é a memória que enlouqueceu”

Mario Quintana

Coragem pra suportar  
Gilberto Gil  
1968

Lá no sertão quem tem  
Coragem pra suportar  
Tem que viver pra ter  
Coragem pra suportar  
E somente plantar  
Coragem pra suportar  
E somente colher  
Coragem pra suportar  
E mesmo quem não tem  
Coragem pra suportar  
Tem que arranjar também  
Coragem pra suportar

Ou então  
Vai embora  
Vai pra longe  
E deixa tudo  
Tudo que é nada  
Nada pra viver  
Nada pra dar  
Coragem pra suportar

## RESUMO

As questões que envolvem o debate sobre gênero e família, tradicionalmente abordadas sobre um viés extremamente categórico, sempre deixaram brechas para múltiplas interpretações e correlações de contextos. Pensar nos valores e normas que atuam em detrimento da liberdade do sujeito, controlando corpos e modos de expressão da subjetividade, pode nos possibilitar não só uma melhor compreensão do embate simbólico/ideológico entre a família e a diversidade de gênero, mas, sobretudo, gerar novas proposições de abordagem prática para os conflitos inerentes a esses conceitos. Rompendo o pragmatismo etnográfico que quase sempre conduz as pesquisas sobre família e gênero na universidade, propomos a utilização de dois grandes clássicos da literatura brasileira, publicados na primeira metade do século passado, como instrumentos de análise dos conflitos que desestabilizam essas noções. “O quinze”, publicado por Rachel de Queiroz em 1930 e “Menino de engenho”, publicado por José Lins do Rego em 1932, são obras inscritas em um período muito significativo da história brasileira, período esse de grandes transformações sociais, muito em decorrência do início do processo de industrialização e de afirmação da democracia. Dessa forma, esse trabalho dissertativo, busca formular uma reflexão analítica sobre os nossos processos de socialização, compreendendo a atuação institucional como elemento de coesão e coerção do comportamento, implicando no controle das subjetividades individuais e referendando os estamentos burocráticos do patrimonialismo e do patriarcado. Entendemos que a literatura ficcional oferece a possibilidade de analisar os conflitos de gênero e as noções de família, considerando toda complexidade em voga nessa relação, sobre uma perspectiva que não só difere da pesquisa etnográfica, mas que acrescenta uma série de intersecções e movimentos para além das normatizações técnicas da academia. Em sentido último, desejamos apresentar, através do aporte literário, o desenvolvimento dos conflitos históricos que perpassam os conceitos de gênero e família na sociedade brasileira, visando forjar uma nova perspectiva de pesquisa sociológica, a partir do referencial disposto pela literatura de ficção.

**PALAVRAS CHAVE:** Gênero; Família; Patriarcado, Literatura e Sociedade.

## ABSTRACT

The issues involving the debate around gender and family, traditionally addressed under an extremely categorical bias, have always left gaps for multiple interpretations and context correlations. To think about the values and rules which act at the expense of subject's freedom, controlling bodies and ways of expressing subjectivity, can provide not only a better understanding on the simbolical/ideological conflict between the family and gender diversity, but, above all, generate new practical approach propositions for the conflicts which are inherent to those concepts. Breaking the ethnographic pragmatism that almost always conducts the surveys on family and gender in the university, we propose the utilization of two classics of brazilian literature, published in the first half of the last century, as analysis instrument of the conflicts which destabilize these notions. "O quince", published by Raquel de Queiroz in 1930 and "Menino de engenho", published by José Lins do Rego in 1932, are works included in a very meaningful period of brazilian history, a period of great social transformations, a lot of it due to the beginning of the industrialization process and the affirmation of democracy. Therefore, this dissertation work seeks to formulate an analytical reflection about our socialization processes, understanding the institutional situation as a cohesion and coercion element in behavior, implying in the control of personal subjectivities referencing the bureaucratic statements of the patrimonialism and the patriarchy. We understand that fictional literature offers the possibility to analyse the gender conflicts and family notions, considering all the complexity in vogue in this relation, under a perspective that not only differs from the ethnographical survey, but adds a series of intersections and movements beyond the technical rulings of the academy. In a last sense, we desire to present, through literary contribution, the development of the historical conflicts that pervade the gender and family concepts in the brazilian society, aiming to forge a new sociological research perspective, from the referential provided by fiction literature.

**KEY WORDS:** Gender; Family; Patriarchy; Literature and Society.



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA .....	14
QUESTÕES NORTEADORAS .....	17
OBJETIVO GERAL .....	18
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
METODOLOGIA: FONTES, <i>CORPUS DOCUMENTAE</i> , PROCEDIMENTOS E ANÁLISE .....	18
ENTRE AUTORIAS LITERÁRIAS, GÊNEROS E FAMÍLIAS.....	23
CAPÍTULO II – ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: O PROJETO NORDESTE E A DÉCADA DE 30. ....	45
PATRIARCADO, SOCIEDADE E LITERATURA: A DINÂMICA DOS VÍNCULOS E A PRODUÇÃO DE CONTEXTOS.....	57
MENINO DE ENGENHO E A ENGENHARIA DA FAMÍLIA.....	68
O QUINZE: ARRANJOS E DESARRANJOS DE UMA ESTREIA FEMININA.....	86
CONCLUSÃO .....	92
REFERÊNCIAS.....	100

## INTRODUÇÃO

“O rumor do curral, o apito do engenho chamando o povo para o trabalho, me pareciam uma novidade de todos os dias. Mais tarde os pássaros, cantavam as suas matinas no gameleiro”.  
(REGO, 1980, P.60)

O meu interesse pela literatura começou desde muito cedo. Lembro nitidamente da paixão que desenvolvi pelos livros da Coleção Vagalume<sup>1</sup> da antiga Editora Ática e, posteriormente, já no início da adolescência, por influência de Raul Seixas, do contato com os textos de Paulo Coelho e outros autores tidos como “exotéricos”. Por um bom tempo mergulhei nesse universo e passei a interpretar a realidade através de perspectivas nada “convencionais”. A ficção, as aventuras e as descrições permitiam escolher tempos e geografias diferentes, levando-me a percorrer universos até então desconhecidos para um garoto cada vez mais curioso e impressionado com as novas descobertas.

Entretanto, casualmente, um prefácio do Sérgio Buarque de Holanda (1990), publicado numa antiga edição de “Clara dos Anjos”, do Afonso Henriques de *Lima Barreto*, aguçou meu senso crítico e me levou a ler os grandes clássicos da literatura nacional. A força e o requinte das poucas palavras daquele prefácio, redimensionou a função da literatura na minha vida e fez com que eu compreendesse melhor o processo de elaboração histórica das nossas estruturas sociais, bem como os conflitos inerentes as relações entre os diversos tipos de culturas e ideologias que coexistem no Brasil.

A arte e a técnica desassossegam e trazem contextos e vivências em dimensões que ultrapassam seu próprio tempo. A literatura e a arte traduziram a aura humana, mas “a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico” (BENJAMIN, 1985, p. 168). Não obstante, passei a perceber o quanto são complexos os arranjos humanos e como as estruturas afirmadas a partir desses arranjos são submissas a determinadas instâncias de poder.

---

<sup>1</sup> Na ampla divulgação da literatura nacional, essa coleção infanto-juvenil, organizada e editada pela Ática, teve início em janeiro de 1973 e completou 91 volumes. De contos a romances, de aventuras aos mistérios reuniu autoras/es brasileiras/os tais como Lúcia Machado de Almeida, Marcos Rey, entre outros.

Dando continuidade as referências do Sérgio Buarque de Holanda, passei a ler Lima Barreto, Machado de Assis, Augusto dos Anjos, Manoel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, autores mencionados no citado prefácio. A partir desse momento, ressignifiquei meu senso estético e tomei a literatura como um possível instrumento de emancipação social.

Logo, comecei a me interessar por autores estrangeiros: Hermann Hesse, Gabriel García Márquez, Nikolai Gogol, Alexandre Herculano, e, sobretudo, Fiódor Dostoiévski, se destacavam entre as principais referências. Logo, os românticos portugueses e, posteriormente, os mestres do realismo russo do século XIX, passaram a receber uma atenção especial.

Contudo, reconheço que foram os regionalistas da primeira metade do século XX, mais precisamente os autores nordestinos da segunda fase do realismo brasileiro, aqueles que mais contribuíram para expansão de minha consciência crítica. Nomes como José Lins do Rego, Rachel de Queiros e Graciliano Ramos, autores de narrativas extremamente densas e implicadas com a contestação das desigualdades sociais, despertaram meu interesse pela psicanálise e pelo estudo dos conflitos que caracterizam as relações do sujeito com o meio. Nesse período, prestei vestibular para letras e psicologia, aprovado em ambos, optei pela segunda alternativa.

A partir desse momento, enquanto cursava psicologia na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), também participei, paralelamente, de praticamente todos os eventos organizados pelo Curso de Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). À medida que o tempo passava, sobretudo com as leituras das obras de Jorge Amado, Adonias Filho, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Guimarães Rosa, fui percebendo que, historicamente, a análise dos conflitos sociais, morais e éticos que nos caracterizam, sempre estiveram associados à produção dos nossos romancistas e poetas. Foram eles os primeiros sociólogos a interpretar nossas mazelas e os primeiros antropólogos a identificar os traços que nos distinguem como povo.

Findada a graduação na FTC e o curso de Especialização em Educação Inclusiva pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), algo que agregou muito valor ao trabalho que desenvolvia na APAE de Jequié, Bahia, cidade onde nasci e ainda resido, desenvolvi, concomitantemente, um projeto intitulado “Circuito de Poesia”, cuja proposta era trazer para Jequié grandes autores do cenário nordestino e disponibilizar, gratuitamente, ao grande público, o contato com esses escritores. Realizado de maneira

exitosa, o “Circuito de Poesia” recebeu apoio do poder público municipal e foi executado entre os anos de 2013 e 2014.

No ano de 2015 realizei outro projeto de caráter literário, dessa feita, o “Arte Literária”, cumpria com a função de levar, para as Bibliotecas das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino, um ciclo de palestras e oficinas sobre a vida e a obra do João Guimarães Rosa, autor que eu dediquei quase dois anos de minha vida para estudar profundamente. Posteriormente, junto com um grupo de músicos, realizamos, já no ano de 2017, o projeto “Arte na Escola”, esse tinha como propósito mesclar uma pequena palestra e uma curta apresentação musical em homenagem a Banda Legião Urbana. Executado nas Escolas da Rede Estadual, o “Arte na Escola” obteve o reconhecimento da Secretária de Educação do Estado e do Município.

Associando os ofícios de psicólogo, professor e agitador cultural, mergulhando cada vez mais nos grandes clássicos da literatura universal e, sobretudo, nas obras de Sigmund Freud, Melanie Klein e Enrique Pichon Rivière, resolvi tentar o ingresso no Mestrado de Família e Contemporaneidade da Universidade Católica do Salvador, com o intuito de estudar a conflituosa relação existente entre família e questões de gênero, algo que sempre constatei na clínica psicológica e nas salas de aula das escolas e cursos técnicos onde leciono.

Com a aprovação na seleção do mestrado, busquei uma orientadora que se identificasse com minha proposta de pesquisa, alguém que fosse interessada na literatura de ficção produzida no Brasil nas primeiras décadas do século XX e reconhecesse a possibilidade de realizarmos uma profunda análise dos conflitos existentes entre família e questões de gênero a partir do estudo relacional de dois grandes clássicos desse período: “Menino de Engenho”, publicado em 1932 por José Lins do Rego e “O Quinze”, publicado em 1930, por Rachel de Queiroz.

No primeiro semestre do mestrado, em 2018, consegui publicar dois textos literários, sendo um poema e um conto. Intitulado o primeiro de “Inocência” (<http://www.canalsubversa.com/artigo/inocencia-lucas-ribeiro-novaes-jequie-ba/>), poema composto para meu filho, foi publicado pela Revista SubVersa, especializada em literatura contemporânea luso-brasileira. Já a segunda escrita, com título “Carolina” (<https://outrosares.wordpress.com/2018/07/02/carolina/>), caracteriza-se como conto que escrevi entre uma aula e outra. Foi acolhido pela revista Outros Ares, mais um periódico eletrônico dedicado a novos autores.

No início do segundo semestre, juntamente com Lucas Correia Santos, lancei, em minha cidade, um jornal impresso, intitulado “Na Contramão”. Com esse jornal, pretendemos, mensalmente, ensejar discursões sobre temas que, geralmente, não são abordados pelos grandes grupos midiáticos do município. São mil edições que são lançadas bimestralmente e distribuídas gratuitamente em pontos estratégicos da cidade. O jornal possui quatro páginas e conta com a colaboração de articulistas de várias regiões do país. Debater temas como política, direitos sociais, produção cultural e arte, são as principais prerrogativas do periódico.

Com o Projeto de pesquisa e a integração ao Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL), coordenado pela professora orientadora, constituir uma proativa rede de apoio na capital baiana. As atividades compõem o tripé ensino, pesquisa e extensão, compondo diálogos com uma diversificada teia de pesquisadores e instituições que desenvolvem trabalhos nessa área. Dessa forma, tenho enriquecido o escopo de minha pesquisa e ampliado, substancialmente, as noções que inicialmente trazia acerca dos temas centrais que pretendo investigar: famílias, gêneros e narrativas literárias.

Já no primeiro semestre do mestrado, cursei algumas disciplinas que foram fundamentais para o amadurecimento da minha pesquisa. Em Teoria Sociológica da Família, ministrados pelos professores Giancarlo Petrini e Lívia Fialho Costa, bem como as incansáveis leituras, ressignificaram conceitos e caracterização sobre famílias e estudos dentro das Ciências Sociais. Muito perspicaz em suas observações, a professora Lívia Fialho, nos trouxe a noção de “ética do cuidado” com o objeto de pesquisa, a necessidade da busca do rigor científico e a importância da relevância social que todo projeto precisa preservar.

Levando em consideração os eventos que tenho participado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Sede do Conselho Regional de Psicologia (CRP), acredito que tenho conseguido reunir o aparato necessário para o desenvolvimento de uma pesquisa ambiciosa e bastante original em sua proposta nuclear. Estudar os conflitos que marcam as relações entre família e questões de gênero a partir da análise relacional de dois grandes clássicos da literatura brasileira, tendo, como orientadora, uma historiadora progressista de intensa atuação social e profundo conhecimento da realidade brasileira, denota, no mínimo, compromisso com a coerência.

## JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

“- Chico! Chico! Valha-me Nossa Senhora! O Josias se envenenou”.  
(QUEIRZO,2010, P58)

Das expressões sociais na contemporaneidade, a literatura tem sido uma das mais potentes representações das vivências cotidianas e familiares. Tomando como universo o mundo literário brasileiro e o registro regional, observar narrativas compostas pelas relações sociais e familiares será a circunscrição dessa proposta. Em tempos de mudanças sociais contundentes, vale a embasamento a ser trabalhado nessa investigação.

O conceito de família, antes mitificado, tido como balizador da moral e dos bons costumes, instituído, em muitas sociedades, como um dos princípios naturais da criação, incontestável como fonte de segurança, desenvolvimento humano e equilíbrio social, ao longo dos anos vem passando por uma profunda revisão caracterizando a concentração do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC). Concomitantemente, categorias relacionais como família e gênero, cada vez mais evidente no debate político, abordado pelas mais distintas instituições como tema de absoluta relevância social, continua contrariando a moral vigente e preservando seu caráter plural.

Tal integração à uma abordagem interdisciplinar e a partir da complexidade das relações sociais e humanas foi indicada através de leituras e acompanhamentos disciplinares nesse primeiro ano do mestrado.

Entretanto, muito além de uma mera abordagem conceitual, pretendemos fazer uma análise crítica dos discursos que instituem a conflituosa relação entre identidades de gênero e família, presentes nas narrativas de O Quinze, de Rachel de Queiroz (1930) e Menino de Engenho, de José Lins do Rêgo (1932), ambos publicados no início da década de 1930 do século XX.

As inconformidades que marcam esse conflito e a escritura, tornando-o, muitas vezes, insustentável para os seus atores, são produtos de uma sociedade instável, complexa e crivada por uma série de mudanças de ordem estrutural e simbólica. A arte

inspira a vida e as expressões, sobretudo literária, mesmo em tons ficcionais, tomam a crítica social também como prumo.

Por se desenvolver em meio aos preceitos da tradição e a urgência das novas demandas de uma sociedade em constante processo de transformação, sofrendo intervenções do contexto político e social da época, as relações entre as famílias das narrativas supracitadas incitam um debate sobre identidades, gerações e gênero, na medida em que nos possibilita observar as dificuldades enfrentadas pelas personagens para superar a dicotomia reducionista que não consegue ultrapassar os limites impostos pela biologia.

O eterno confronto *masculino x feminino* (grifos meus) e toda doutrinação cultural pautada em um ideário heteronormativo da época, encontra na atualidade elementos que justificam a relação que esta investigação de mestrado pretende construir. Os dualismos entre sexo/gênero não conformam somente corpos, mas culturas e modos de viver/estar que consubstanciam-se em normatividades e esferas de intimidade que a literatura não modela e engessa (STOLKE, 2006; 2014).

Dessa forma, acreditamos que uma investigação sobre as interfaces que caracterizam esse diálogo, notadamente os seus pontos de cisão e confluência, bem como os efeitos causados pelas múltiplas intervenções que marcam seu processo histórico, nos trará valiosas informações que poderão ser úteis para que possamos perceber as implicações ocasionadas pelas múltiplas maneiras de se interpretar e reagir as constantes injunções da sociedade contemporânea sobre as questões da família e de gênero ambas tidas como categorias relacionais e imersas em contextos de ambiência doméstico-cotidiana.

É claro que dentro dessa análise, não poderíamos desprezar o apelo à individualidade de cada personagem, sobretudo, em seus aspectos emocionais. Seria impossível desconsiderar as diversas leituras de ordem pessoal, construídas em face das experiências vivenciadas em cada capítulo. Sendo assim, é possível concordar com Scott (2012), quando a mesma expande ainda mais o alcance do problema, afirmando que

a ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade. É sobre as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resistir ou derrubá-los. É

sobre os interesses que motivam essas lutas, as apostas e os apostadores. Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, masculino e feminino chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais relações sociais são formadas e fronteiras políticas patrulhadas (SCOTT, 2012, p.340).

Diante dessa realidade, quando se percebe um total antagonismo nos discursos que permeiam essa relação e uma profunda incompatibilidade entre atores e instituições envolvidas, resultando, na maioria das vezes, numa prejudicial estagnação do debate e na sustentação de uma visão hegemônica que minimiza a importância da democracia e não raro promove a violação de direitos, incitando, inclusive, a prática de atitudes desrespeitosas e da própria violência física, nota-se a relevância do objeto de estudo dessa pesquisa, que pretende identificar e descrever as possíveis causas dessas implicações que tem suas raízes fincadas na história de uma sociedade desigual, classista e preconceituosa.

A interseccionalidade e as conexões entre identidades e contextos não poderá ser descartada, reforçando metodologia qualitativa e de aporte técnico a partir de narrativas literárias. Vale ressaltar que os livros em análise foram publicados em um período bastante conturbado da nossa história política e social, e, sobretudo, a Rachel de Queiroz, por ser mulher e nordestina, precisou enfrentar o preconceito de gênero, quando teve a sua autoria questionada por críticos da época.

É notória a necessidade de desenvolvermos meios para estimular uma relação mais democrática e produtiva entre os diferentes grupos que compõe a sociedade. As famílias contemporâneas e as questões que envolvem o debate sobre gênero, são instâncias da nossa organização social que merecem a máxima atenção, por condensar, uma série de contradições que dizem respeito a todas as pessoas integradas à ideia de justiça e de cidadania.

Tomando como referencial a noção de relações familiares e de gênero como instrumento teóricos e epistemológicos que transitam no Tempo Presente como maneiras de expressão de identidades, reconhecimentos e vivências relacionais, optamos pelo conceito a seguir como norteador dessa investigação.

A família educa a conviver com a diferença, cria uma atmosfera de solidariedade e de participação em seu interior e no seu entorno, educa novas gerações a capacidade de se sacrificar pelo



bem comum, a identificação do que é certo e do que é errado. Quanto mais a família pertence a um contexto mais amplo (movimentos, associações) tanto mais dispõe de critérios para avaliar as diversas propostas da cultura e as circunstâncias de sua vida e diretrizes para incorporar valores modernos que convergem e para rejeitar outros, reorganizar o tempo e o modo da própria vida para se adaptar às mudanças, preservando as características essenciais da sua identidade como lugar de convivência estável e cooperação ente os sexos e as gerações (PETRINI & ALCÂNTARA, 2015, p. 239).

Para além de referências da literatura nacional, formas de expressão de regionalidades e identidades múltiplas, os livros *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, irão colaborar para uma compreensão mais precisa do processo histórico de desenvolvimento dos preceitos e das normas que orientam o comportamento e o pensamento sobre gênero e família.

Tomando, destarte, a delimitação e enquadramento da pesquisa com base documental literária, a investigação e a análise apresentadas sob forma de dissertação se trata de uma abordagem qualitativa e de cunho social, referenciada em dois grandes clássicos da literatura brasileira. Buscam referendar análise documental primárias (obras literárias), historiografia contemporânea e viés histórico, contribuindo para compreensão das conexões entre categorias analíticas como famílias e gêneros na perspectiva da produção de escrituras com recorte regional e produzidas em pleno século XX.

## **QUESTÕES NORTEADORAS**

Como forma de aproximar campos da produção de conhecimento, quais seja literatura, sociologia, psicologia, as problematizações assinaladas a seguir são pontos de partida e referências para a construção das escolhas metodológicas e objetivos que compõem esse trabalho dissertativo.

De que forma a contextualização, a construção literária das obras *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego podem contribuir para a compreensão da conflituosa relação entre identidades de gênero e famílias, na contemporaneidade?

Quais as caracterizações possíveis, a partir da produção literária regional do Nordeste brasileiro, através de representantes escritores, manifestam categorias relacionais tais como famílias e gêneros em convivências e conflitualidades?

Como a literatura regional expressa as vivências e as relações na intimidade, vinculando famílias e gênero, tomando a escrita de Rachel de Queiroz e José Lins do Rego como instrumentais?

## **OBJETIVO GERAL**

Problematizar as identidades de gênero e suas relações com as genealogias familiares contemporâneas, a partir de uma análise dos romances *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Entender o papel da literatura na construção das discussões sociais, críticas e contextuais relacionais.
- Investigar os fatores históricos que ajudam a construir o modelo de família “ideal” e seus discursos hegemônicos.
- Descrever, analisar e mapear representações e narrativas sobre famílias e gênero compostos na literatura regional dos anos 30 do século XX.

## **METODOLOGIA: FONTES, *CORPUS DOCUMENTAE*, PROCEDIMENTOS E ANÁLISE.**

“Parecia que a casa-grande perdera a metade de sua vida com a porta da cozinha fechada”.  
(REGO, 1980, P.78)

Cruzar as fronteiras das Ciências Sociais e Humanas para compor uma metodologia pautada na genealogia e na análise de discurso serão as trilhas dessa pesquisa. Considerar as obras literárias como narrativas e representações de um determinado momento histórico e social, sem perder de vista que são obras lidas e escritas.

Vale ressaltar que romance na estante é uma potencialidade; “apenas ao me confrontar com ele converte-se naquilo que é. O reencontro com uma obra depois de décadas mostra como ela torna-se diferente de si mesma”. Sem dúvida histórias narradas, contadas e revividas, permitindo “o pleno vir-a-ser da literatura: em última instância não existe saber do objeto literário sem o escrever sobre ele” (DURÃO, 2015, p. 379)

Considerando a dimensão social da presente pesquisa e a complexidade das discussões engendradas, entendemos que é viável trabalharmos, sobre o ponto de vista teórico-metodológico, com a pesquisa qualitativa. A literatura como missão (SEVCENKO, 1989) e como representação de contextos sociais e familiares implicam, desde a escolha do objeto-tema, na opção interdisciplinar e pautada na “bricolagem” (RODRIGUES, 2016) de técnicas e instrumentos para análise crítica.

Por lidar com os conflitos gerados nas relações e a influência das suas consequências no comportamento humano, a nossa pesquisa se caracteriza como sendo de cunho sociológico. Portanto, a investigação a ser realizada não se reduz a uma mera abordagem técnica, mas amplia a sua importância na medida em que fornece um suporte discursivo para os debates realizados dentro e fora das academias, o que possibilita buscar soluções ou sugestões que venham a amenizar possíveis conflitos.

Nessa direção seguiremos, na tentativa de entender e explicar um fenômeno social: a crise na relação entre identidades de gêneros e famílias. Por isso a importância, neste projeto, de um enfoque qualitativo. Algo que é

[...] capaz de incorporar questões do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 2015, p. 10).

O nosso estudo propõe descobrir se, como e por que ocorre conflitos entre as identidades gênero e as genealogias familiares apresentadas nos romances “O Quinze” de Rachel de Queiroz e “Menino de Engenho” de José Lins do Rego. A partir disso, torna-se possível refletir sobre as principais questões que envolvem os assuntos identidades de gênero e genealogia familiar, bem como entender os outros conceitos e/ou categorias a eles atrelados. Essa ideia nos levará, através da literatura, a entendermos, na vida real, os valores e os conflitos pessoais e sociais relacionados aos temas abordados.

Entendemos que desenvolver uma pesquisa com o objetivo de compreender a construção da genealogia das famílias e de gênero, através da análise documental, pautada em bricolagem pode representar uma nova forma de observação dos processos históricos que desencadearam no nosso atual modelo de sociedade. É preciso compreender que os modelos metodológicos devem existir para expandir a percepção do pesquisador sobre seu objeto, levando-o a uma exploração holística, centrada nas mais diversas formas de expressão da realidade.

A partir desse pressuposto, percebemos que a pesquisa deverá estar intrinsecamente vinculada aos paradoxos do seu tempo, pois acreditamos que nenhum estudo de cunho social deve prescindir das conexões entre tempo e espaço que as instituições humanas realizam com o intuito de defender seus interesses.

Com isso, evidenciamos que precisamos de “abordagens mais críticas e criativas, considerando a complexidade do mundo, além de provocar e afinar a reflexão do pesquisador, distanciando-o da prática predominantemente reprodutivista dos modelos dominantes” (RODRIGUES; THERRIEN; FALCÃO & GRANGEIRO, 2016, p. 970).

“O Quinze” e “Menino de Engenho”, livros publicados no início do século XX, nos oferecem enormes possibilidades de análise da lógica de uma organização social que deixou fortes resquícios em nosso tempo. A rigidez do senso moral de muitas instituições reporta, invariavelmente, ao período de publicação dessas obras. Muitas normas de conduta buscam justificativas no passado com o claro intuito de sustentar hierarquias e controlar o comportamento daqueles que não dispõem das condições necessárias para se defender.

Nesse sentido, notamos que a relação que envolve a ressignificação dos espaços de atuação dos indivíduos e a passagem do tempo histórico, estão diretamente ligadas a instabilidade dos padrões culturais, morais e políticos que tentam obturar a realidade.

A partir disso, reconhecemos a consonância da bricolagem quando nos

[...] permite a reflexão mais aprofundada e ampla do objeto investigado, pois não é mais admissível o simples enquadramento do tema em método único, mesmo que, para isso, se tenha que buscar referenciais teóricos de áreas disciplinares distintas do conhecimento ao qual o objeto é tradicionalmente abordado ou percebido pelo pesquisador (RODRIGUES; THERRIEN; FALCÃO & GRANGEIRO, 2016, p. 973).

Ademais, vale o ordenamento e planejamento de etapas e percursos possíveis, contemplando uso de material de divulgação livre e com cessão de direitos autorais públicos, construção de genealogias a partir das relações familiares e sociais concernentes nas obras supra-citadas. Essa opção nos indica recorte temporal (século XX) e geográfico (nordeste brasileiro), tomando como campo de observação obras clássicas (Calvino, 2001) e contemporâneas brasileiras, com autores regionais. Conforme já assinalado, os sujeitos da pesquisa qualitativa, histórico-literária, baseadas nas narrativas de referências como Rachel de Queiroz e José Lins do Rego, percorrem crítica literária, descritores histórico-familiares e linguagens para a configuração de categorias como identidades e representações (gênero e famílias).

Os instrumentos serão indicados pela construção de mapeamentos e de genealogias a partir de personagens, cenários, enredos, tramas e relações sociais e familiares. Dentro dessa linha investigativa, as etapas serão indicadas por cronograma aprovado a posteriori, definindo levantamento, análise de dados e construção de genealogias; análise de conteúdo e discursos, bem como sistematização da revisão de literatura e das interpretações extemporâneas sobre autores, obras e marcadores histórico, contemplando contextos, relações sociais, familiares e de gênero.

Considerando a dimensão social da presente pesquisa e a complexidade das discursões engendradas, entendemos que é viável trabalharmos, sobre o ponto de vista teórico-metodológico, com a pesquisa qualitativa.

Pretendemos investigar com nosso trabalho as características que marcam a conflituosa relação existente entre identidades de gênero e família a partir dos contextos.

A interpretação como foco. Nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes; 2) A subjetividade é enfatizada. Assim, o foco de interesse é a perspectiva dos informantes; 3) A flexibilidade na conduta do estudo. Não há uma definição a priori das situações; 4) O interesse é no processo e não no resultado. Segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise; 5) O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência; e 6) O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa (MOREIRA, 2002, p. 56).

O nosso estudo propõe descobrir se, como e por que ocorre uma crise de identidade nas personagens que povoam os livros “Menino de engenho”, do autor José Lins do Rego (1980) e “O Quinze” da Rachel de Queiroz (2010). A partir disso, torna-se possível refletir sobre as principais questões que envolvem os assuntos masculinidade, gênero e diversidade sexual, bem como entender os outros conceitos e/ou categorias a eles atrelados. Desta forma, essa ideia nos levará, através da literatura, a entendermos, na vida real, os valores e os conflitos pessoais e sociais relacionados aos temas abordados.

## ENTRE AUTORIAS LITERÁRIAS, GÊNEROS E FAMÍLIAS.

A literatura e a arte não pertencem apenas ao domínio da crítica literária ou de arte: incidem também no domínio do sociólogo, do historiador social, do antropólogo e do psicólogo social. Porque através da literatura e da arte é que os homens parecem mais projetar a sua personalidade, e, através da personalidade, o seu *éthos* nacional. Através das artes eles descrevem as condições mais angustiantes do meio em que vivem e refletem os seus desejos mais revolucionários.

(Gilberto Freyre, 1992, p.123)

“À hora do jantar foram todos para mesa. Ele na cabeceira, e os cabras em ordem, todos calados, como se estivessem com medo”.

(José Lins do Rego, 1982, p. 15).

O trabalho dissertativo está inscrito nas temáticas de família, gênero e narrativas, mais especificamente, nas subjetividades que conectam esses conceitos e os definem enquanto elementos norteadores da produção literária de determinada época e região do Brasil. Compreender como a realidade histórica, social, cultural e política interagem com o fazer literário, possibilitando uma interdisciplinaridade de contextos capaz de traduzir, as dinâmicas de nossa sociabilidade, em narrativas que ultrapassam os limites do tempo e das obras literárias abordadas como objeto-tema nesse estudo interdisciplinar e qualitativo, nos leva a perceber que, além de registros multifacetados da história, esses textos são aportes significativos para análise das múltiplas configurações da sociedade.

As famílias e as questões de gênero, temas que transcendem a estilística e a moral das escolas literárias, tendo em vista que não estão facultados a ideologias engessadas, mas, contraditoriamente, a estruturas discursivas etéreas e complexas, sempre ocuparam lugar de destaque na literatura nacional.

Os papéis exercidos por mulheres e homens, em sentido relacional, os reflexos da organização hierárquica do espaço público e privado, os conflitos gerados pelos contestadores e defensores da ordem, sempre foram problematizados, em diferente medida, por nossos escritores, confirmando que “a literatura, como fenômeno de

civilização, depende, para se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais” (CANDIDO, 2006, p. 20).

Nesse sentido, elegemos duas obras clássicas das letras nacionais, para examinar os conflitos que marcam a relação entre família e questões de gênero, sobre a perspectiva da narrativa literária de ficção e sua possível atualização aos paradigmas que caracterizam a sociedade contemporânea.

*O Quinze*, publicado em 1930 por Rachel de Queiroz e *Menino de Engenho*, publicado em 1932 por José Lins do Rego, além da profunda identificação com o registro regional, também nos oferece um rico plano de análise da cultura do patriarcado, fortemente alicerçada pela hierarquia de gênero e uma contundente exposição dos conflitos sociais inerentes a esse contexto.

Nos livros em questão, a família nordestina, ainda hoje arraigada de estereótipos provenientes das mazelas que definem sua relação com a seca e seu retardo desenvolvimentista, é abordada a partir dos conflitos relacionais que surgem no espaço doméstico e implicam no questionamento das posições hierárquicas que são pré-estabelecidas na esfera pública. Dessa forma, ao mesmo tempo que a casa aparece como lugar de configuração e reflexividade de normas e padrões, também é útil como palco das atitudes que resultam dessa ambivalência. Nas palavras do Roberto Da Matta “a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de sua ordem mais profunda e perene”. (MATTA, 1986, p. 27).

Em o “*O Quinze*” e “*Menino de Engenho*”, podemos evidenciar essa epistemologia das relações *à brasileira*, suas contradições e conflitos, sem perder a perspectiva de seu desenvolvimento histórico, reafirmando que “toda a nossa conduta ordinária denuncia, com frequência, um apego singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico” (HOLANDA, 2001, p.155).

Entretanto, podemos arguir que os conceitos de família e gênero, não podem ser cooptados pelo pragmatismo da lógica organizacional da sociedade e postos a serviço dos interesses de grupos ou instituições. Mesmo que esses conceitos pareçam plenamente acomodados em regras rígidas, nota-se que eles escapam pelas brechas criadas pelo próprio excesso de força que tenta contê-los.

No texto literário, especificamente, essa clausura conceitual mostra-se ineficaz, sobretudo se tomarmos como aporte teórico as concepções da Semiótica.



Texto quer dizer *tecido*; mas, enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu todo acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a ideia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma na secreções construtivas de sua teia (BARTHES, 2004, p. 74).

Nessa perspectiva, valores e conceitos interagem, necessariamente, em transito contínuo, esgueirando-se, quase sempre, da nossa ânsia de domínio. Os sentidos da lógica social podem ou não atuar em favor do texto. O tempo também impõe sua exegese, faz suas permutas e brincadeiras com a simbologia da palavra, o tempo tem sua conveniência e o texto, sua rebeldia.

Sempre alerta, Foucault nos atenta para necessidade de compreensão do jogo dessa dinâmica, quando ressalta de maneira concisa: “É preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos. Aí também se faz sentir a ausência de uma teoria que permita pensar as relações do acaso e do pensamento” (FOUCAULT, 2004, p. 59). Entendemos que o texto literário sempre há de inspirar movimento, suas linhas atravessam épocas distintas costurando tensões e despertando sentidos.

No processo interpretativo do texto literário e nas suas múltiplas possibilidades de compreensão e correlação de contextos, notamos a diversidade de *sentidos e formas* de apreensão do real agindo sobre a elaboração dos discursos. Assim, fica evidente que a fixação do texto enquanto registro documental, não indica, indispensavelmente, estabelecimento de verdades ou prova insuspeita dos fatos. Analisar o processo de construção histórica dos valores morais e normas de conduta que se impõe sobre nosso comportamento, pode representar muito mais que o mero confronto de ideologias, mas, sobretudo, um avanço nos métodos de análise da realidade.

Sobre o uso da linguagem e de suas funções enquanto mecanismo de retenção, socialização e veiculação histórica, notamos que no trânsito das relações e, sobretudo, naquilo que pode haver de mais intrínseco nos constructos humanos, nada supera sua relevância ou substitui o seu aporte.

“A linguagem se torna, dessa forma, como que um elemento praticamente invisível de sobredeterminação da experiência humana, muito embora ela tenha uma existência concreta e onímoda” (SEVCENKO, 1999, p. 19). Trata-se por tanto, de um

elemento ontologicamente multifacetado, partindo do princípio que a mesma não se limita no espaço e não se encerra nos marcos de cisão da história.

Inserida nesse contexto, a literatura representa não apenas o processo de estetização da realidade, muito menos um mero reflexo da sociedade ou um repositório das principais características de certo período, a elaboração de um texto literário é resultado de uma vinculação semiótica com as contradições e os estratos sociais que transcendem os esquemas estruturais da crítica normativa. O substrato estético e político de uma obra literária reservam processos de reinterpretações históricas que ensejam, por si só, múltiplas possibilidades de exploração.

*o brio do texto (sem o qual, em suma, não há texto) seria a sua vontade de fruição: lá onde precisamente ele excede a procura, ultrapassa a tagarelice e através do qual tenta transbordar, forçar o embago dos adjetivos – que são essas portas da linguagem por onde o ideológico e o imaginário penetram em grandes ondas (BARTHES, 2004, p. 20).*

Elaborar um estudo sobre relações familiares e de gênero, a partir de textos literários, além de toda complexidade inerente ao processo, configura-se enquanto um projeto que considera o imbricamento entre essas temáticas, algo de extrema relevância no atual contexto das pesquisas sociais. Partindo do pressuposto que “a definição ideal de literatura, levando em consideração o tempo decorrido de sua manifestação, seria a síntese dos desvelamentos executados por cada obra literária” (SANTOS, 1978. p. 59), fica claro que não podemos desprestigiar seu potencial de revelar as nuances sublinhadas às margens do real e sua propriedade exploratória no que diz respeito às formas não institucionalizadas de enastrar ideias, sentimentos e práxis.

Pensar o texto narrativo enquanto recurso epistemológico para compreensão das complexidades que caracterizam nossas relações familiares e a partir dessa simbiótica construção teórica, avançar no sentido de elaborar um melhor entendimento sobre o processo de formação de personalidades, só nos parece exequível diante de uma postura interdisciplinar e multirreferencial, capaz de abarcar toda problemática que envolve essas questões.

O olhar arguto e a extrema sensibilidade do artista que escreve histórias de ficção, não escapam das impressões do mundo real e nem dispõe de outra fonte de inspiração que não seja a matéria viva de suas vivências. A produção literária de uma época pode representar muito mais que o diagnóstico de certo contexto, na maioria das

vezes, ela surge como uma antítese necessária, um paradoxo pulsante e ativo que eclode em possibilidades.

Sobre os livros que nortearam o trabalho desenvolvido por esta pesquisa e, acima de tudo, sobre seus autores, divergem as mais contraditórias opiniões. Não é difícil notar as controvérsias que sustentam os discursos acerca de suas obras, bem como em relação aos posicionamentos políticos que ambos assumiram ao longo da vida. Tanto Rachel de Queiroz, quanto José Lins do Rego, intelectuais de forte personalidade e ativos defensores de seus ideais, nunca tiveram complacência de seus detratores. Oriundos da região nordeste do país, contemporâneos, sendo o José Lins apenas nove anos mais velho que a Rachel de Queiroz, ambos enfrentaram, assim como os outros autores nordestinos do início do século XX, as dificuldades inerentes a uma região marcada pela miséria, pelo preconceito de classe e esquecida pelo poder público.

As intensas discussões que o José Lins particularmente, travou com os representantes da Semana de Arte Moderna de 1922, quando defendia a inserção do debate sobre a realidade social do nordeste no projeto de construção da modernidade brasileira, são famosos nos meios literários. As dimensões sociais e psicológicas de uma literatura produzida sobre forte feição realista, calcada na relação entre sujeito criador e seus vetores construtivos e expressivos, marcam o fazer literário desse escritor que sempre esteve implicado com as contradições de seu tempo. Não por menos, inadmitia qualquer tipo de segregação que excluísse o nordeste das questões centrais do país.

Já a Rachel de Queiroz, primeira mulher admitida na Academia Brasileira de Letras em 1977, percussora dos debates sobre gênero no país, sobretudo após o lançamento de seu primeiro livro “O Quinze”, em 1930, quando apresentou a primeira protagonista feminina da nossa literatura, cuja conduta, em relação aos preceitos do patriarcado, era de enfrentamento e não de submissão, também teve de combater os cétricos que questionavam o seu talento, pelo simples fato de ser mulher, algo muito comum nos meios literários da época e, ainda hoje, bastante usual.

Sua defesa a estética revolucionária da literatura nordestina produzida entre as décadas de 30 e 40, bem como, a intensa militância na seara política, corroborou, definitivamente, para as futuras conquistas sociais da mulher brasileira.

A Constituição de 1934 que concedeu o direito ao voto as mulheres, assim como a crescente expansão de seus espaços de confluência na vida política e cultural do país, refletem o caráter de uma autora que, embora nunca tenha se declarado feminista,

sempre colocou sua linguagem, objetiva, dura e direta, a serviço da transgressão dos valores que tentavam reduzir as mulheres ao lugar de inocentes leitoras de folhetins jornalísticos. Rachel de Queiroz radicalizou essas estruturas condicionantes e imprimiu, com muito talento e coragem, novas perspectivas de ajustamento feminino a realidade.

Pensar nos moldes da família nordestina do início do século XX, extensa e chefiada apenas por homens, bem como toda lógica binária que estabelecia uma hierarquia de gênero antidemocrática, definindo aquilo que se convencionou chamar de cultura do patriarcado. Tal vertente também nos levará a constatar que, produzir uma literatura afeita aos princípios subversivos – contestadores da ordem vigente - a partir do confronto de ideias e da ressignificação de fatos históricos, certamente não é uma tarefa fácil.

Vale frisar, ademais, que isso pode implicar na adesão de muitas pessoas e no reconhecimento dos meios mais avançados da sociedade. José Lins do Rego e Rachel de Queiroz problematizaram questões até então pouco exploradas pelos intelectuais da época e desenvolveram mecanismos sofisticados de exposição e análise de nossas contradições sociais.

Quando pensamos sobre o legado patriarcal na construção da cultura de gêneros, construção essa gerada pela dominação do homem, reproduzindo e alimentando a desigualdade entre os sexos, concebendo preconceitos e dando continuidade a práticas injustas nas relações sociais, logo compreendemos que as hierarquias, ou seja, as relações de poder verticalizadas, definidoras dos padrões de comportamentos, também sustentam a estabilidade das nossas instituições.

Historicamente respaldada pelo ideário de uma classe dominante (baseada em sistema patriarcal e classista), responsável por métodos eficazes de estruturação de verdades e promoção de sentidos, a cultura do patriarcado se solidificou de maneira tão paradigmática que, muitas vezes, desconhecemos sua origem histórica e a isentamos da crítica.

Partindo do princípio que o pensamento patriarcal é essencialmente linear e que desconhece as relações existentes entre os contrários, fica evidente que sua inserção na dinâmica familiar se configura como um limitador de sentidos, avesso a qualquer forma de reflexão sobre o *status quo*, reduzindo as dimensões da sexualidade humana e estratificando as relações entre homens e mulheres no contexto social.

Evidentemente que patriarcado e patrimonialismo são conceitos que foram convenientemente adaptados a nossa realidade atual, ambos contestando, continuamente, a ampliação da participação política e econômica das mulheres e insistindo em sustentar um estamento burocrático que legitime suas supostas verdades.

Importante ressaltar que as mulheres queirozianas, nunca se conformaram com a delimitação simbólica e espacial imposta pela égide machista. Contraditoriamente, suas personagens se expressaram com autonomia e batalharam, constantemente, por mais espaço na vida pública e mais liberdade na seara doméstica.

Rachel de Queiroz subverteu a norma que limitava a mulher a condição de mera leitora de folhetins romanescos, para uma mulher que buscava compreender a realidade de seu contexto histórico a partir de uma participação social mais ativa e de caráter revolucionário. Nessa esteira, a autora cearense questionava a conformação clássica da família e apontava novas possibilidades de interpretação para os constructos de gêneros.

Os escritos rachelianos evidenciam uma mulher controversa, implicada com a realidade objetiva que lhe rodeia e confrontada, cotidianamente, com a sua própria identidade. Uma mulher que não apresenta nenhuma solução para os problemas de seu tempo, mas que os vive de maneira plena e reflexiva. A própria Rachel de Queiroz foi assim, extremamente controversa em seus posicionamentos políticos, perseguida por muitos, devido seu irrestrito apoio ao golpe militar de 1964 e, não obstante, cultuada por outros, por sua militância no partido comunista durante os anos trinta. Sobre essas dubiedades, percebemos que:

“Em todo seu percurso, Rachel de Queiroz prezou por sua autonomia - e talvez este seja o dado mais importante de sua trajetória intelectual -, ainda que dialogasse com grupos políticos específicos em determinados momentos” (GUERELLUS, 2017, p. 62).

Enquanto isso, não menos controverso e polêmico, ao passo que expressava suas opiniões políticas e literárias nos periódicos pernambucanos dos anos vinte, José Lins do Rego colecionava adversários e admiradores. Após ter abandonado a Paraíba, seu estado natal, e se instalado no Recife para cursar a Faculdade de Direito, chegou a ter o seu próprio jornal, o “Dom Casmurro”, espécie de panfleto “libertário” por onde escoava suas ideias e posicionamentos ideológicos.

Sobre o alcance do periódico, o pesquisador César Braga-Pinto, constatou: “durante os seis meses de sua publicação, o semanário parece ter alcançado alguma

visibilidade entre a juventude da época” (BRAGA-PINTO, 2011, p. 25). Entretanto, nada marcou tão profundamente a formação intelectual do José Lins, quanto à presença de Gilberto Freyre em sua vida.

A amizade com o autor de “Casa Grande e Senzala” foi razão de uma verdadeira revolução crítica em seu processo criativo. O “mestre de Apipucos”, como era então conhecido o sociólogo Gilberto Freyre, apresentou-lhe inúmeros autores estrangeiros, o introduziu na língua inglesa e, sobretudo, o distanciou da estética paulista da Semana de Arte Moderna de 1922.

A partir desse momento, passaram a compartilhar ambições muito similares. O nordeste, compreendido como a mais fiel reserva dos valores que nortearam a formação social do país, assumiu total protagonismo nos trabalhos que ambos passaram a desenvolver.

Sem perda de tempo, Gilberto Freyre agiu rápido no intuito de cooptar o futuro autor de “Menino de Engenho” para, juntamente com outros intelectuais da região, levar a frente o ambicioso projeto de reinterpretação da realidade nordestina, a partir da valorização de sua arqueologia social e cultural.

O patriarcalismo, o latifúndio, a presença da monocultura e do regime escravocrata, são conceitos que foram operacionalizados por esses autores no sentido de compreender a vida social brasileira, trazendo a luz seus condicionamentos morais e o reflexo dessa estrutura nas relações pessoais do cotidiano e na burocracia institucional.

Em análise sobre a relação entre esses dois escritores, Cauby Dantas (2015), conclui que,

em cada romance, ensaio ou correspondência pessoal, os autores serão “convidados” a estabelecer, pela via perene da palavra escrita, uma interlocução que faça emergir diferenças, similitudes e interseções. Dito de outra forma: serão lidos em conexão (DANTAS, 2015, p. 22).

Sobre a marcante influência do sociólogo pernambucano, José Lins do Rego lança, em 1932, “Menino de Engenho”. Autor memorialista e expressivo em sua linguagem direta e concisa, utiliza os artifícios da ficção para ressignificar seu passado nos engenhos da Paraíba e nos apresentar um Brasil ainda invisível. Como “O Quinze” da Rachel de Queiroz, temos aqui um país seco, duro, avesso a qualquer forma de artificialismo estético, consoante à realidade impermeável das circunstâncias.

Em “Menino de Engenho”, especialmente, a família assume o papel de grade personagem. Todo seu estamento contraditório apresenta-se objetivamente, quase sem nenhum lirismo. As questões de gênero, postas sobre uma configuração hierárquica, não escapam das nuances das relações humanas que, na intimidade dos afetos, subverte determinadas funções de classe. O embate geracional, algo muito presente no livro, bem como a postura altiva da mulher nordestina, desestabiliza a sociabilidade do ambiente doméstico.

A literatura, mais do que testemunha, figura como uma eloquente e parcial interprete da realidade. Mais uma vez, concordamos com Cauby Dantas (2015), quando afirma que:

... refletir sobre a interpenetração literatura-sociedade, o vínculo entre obra e ambiente significa, portanto, tentar relacionar textos e contextos, buscar surpreender a ocorrência dos aspectos sociais nas obras literárias e os níveis desta correlação. A literatura é uma forma de expressão artística que, pela transcendência e transfiguração, favorece a compreensão de realidades e cotidianos sociais, o que não oblitera suas intenções estéticas, expressas pela capacidade inventiva dos autores, na busca do belo e, também, nas emoções e sentimentos e mobilizações eventualmente desencadeados pelas representações literárias (DANTAS, 2015, p. 28).

Rachel de Queiroz e José Lins do Rego analisaram a complexidade que envolve a normatização moral da sociedade brasileira, levando em consideração a impertinência de um conservadorismo imobilizante e a violência aplicada por aqueles que estavam autorizados a legitimar o comportamento de cada cidadão.

Em vasta obra, esses autores se propuseram a questionar o abuso de poder do patriarcalismo e a problematizar as arcaicas formas de organização social, sobretudo, a partir do ambiente doméstico, esse, entendido como embrião do macro sistema. No itinerário da literatura brasileira, Rachel de Queiroz e José Lins do Rego simbolizam, acima de tudo, forças de resistência, pois defenderam, intransigentemente, a liberdade de expressão e a igualdade de direitos entre as classes sociais.

Com esse trabalho, elaboramos uma análise crítica a partir de duas obras clássicas da literatura brasileira, acerca dos conflitos que tangenciam a relação entre família e questões de gênero, partindo do pressuposto que os conflitos, que permeiam as relações sociais, devem ser estudados em sua historicidade, sem perder de vista os contextos políticos e culturais que questionam a epistemologia dos conceitos gerados

com o passar do tempo, e que agem, sobre imposição de determinadas forças, em favor da ideologia dominante.

Não fazemos nenhum esforço para defender o “equilíbrio dos antagonismos”, como queria Gilberto Freyre. Ao contrário, propomos, apenas, um exercício reflexivo que nos permita aguçar o olhar sobre as idiossincrasias que sustentam os nossos preconceitos e limita nossa sociabilidade.

Bronislaw Malinowski (2013), em seu livro “Sexo e Repressões na Sociedade Selvagem”, conclui que existe uma profunda relação entre complexos familiares e organização social. Segundo o autor, as características culturais, morais e estruturais de determinada época e lugar incidem diretamente no processo de formação das identidades que são vivenciadas pela família.

Analisando as idiossincrasias sociais do nordeste brasileiro das primeiras décadas do século XX, a partir das análises dos livros “O Quinze”, de Rachel de Queiros (2010), lançado em 1930; e “Menino de Engenho”, de José Lins do Rego (1980), lançado em 1932, foi possível observar a intrínseca relação existente entre patriarcalismo e identidades de gênero; desigualdade social e organização familiar.

Parry Scott (2010) amplia o escopo da nossa discussão, quando nos atenta para a influência dos deslocamentos geográficos de grupos familiares e a imprecisão que caracteriza a passagem dos tempos históricos no processo de formação dessas identidades. As gerações rearticulam e desencadeiam, em seus sistemas de organização, múltiplas reinterpretações acerca dos valores morais, culturais e da própria disposição organizativa da família.

Ambas as obras, são marcadas pela constante movimentação geográfica de seus personagens (migrações), as noções sobre o padrão de família (composição familiar) e as identidades de gênero (identidades) são relativizadas em muitas circunstâncias,

elabora-se um discurso de abstração e teorização sobre estruturas de personalidade e funções integradoras que trata a família como base para as relações sociais de cada nação/povo e efetiva este discurso com atenção a configurações sociais e culturais de relações entre gerações, primeiro, na perpetuação das estruturas e, posteriormente, no questionamento de seus mecanismos de transformação histórica (SCOTT, 2010, p. 261).



Em “Menino de Engenho”, romance autobiográfico, publicado no período da ditadura Vargas no Brasil, podemos observar tanto a manutenção de alguns papéis de gênero, secularmente definidos, como interessantes alterações em outras disposições que já não se sustentavam com tanta força. Acompanhamos as dificuldades enfrentadas pelos personagens masculinos em expressar suas emoções e as estratégias das personagens femininas para impor sua autoridade e ampliar seus espaços de influência.

Dessa forma, reinterpretem os modelos organizativos do passado com vistas a novas possibilidades de articulação no futuro. Como metáfora dessa realidade, temos Sinhazinha, Tia materna do protagonista Carlinhos, a qual é uma mulher amargurada e sofrida que dita as regras da Casa Grande, sem que ninguém a questione, inclusive o coronel José Paulino, dono da propriedade e das terras de onde se tira o sustento da família.

Em “O Quinze”, aborda-se o drama da terrível seca que acometeu o nordeste brasileiro no ano de 1915, temos possibilidade de analisar a maternidade e a paternidade enquanto instituições que são cotidianamente aviltadas pela desigualdade social, mas que nunca são deslegitimadas de suas funções, mesmo diante da troca de papéis.

As identidades de gênero, constantemente confrontadas com a adversa realidade, experimentam novas formas de agir e sentir. No caso da personagem Cordulina, retirante que precisa lidar com a dor da perda de três dos seus cinco filhos, após uma longa viagem em companhia do esposo, percebemos a instabilidade que a realidade social impõe aos ideais de identidades de gênero e organização familiar. Contudo, sobre todas essas vicissitudes, constatamos que:

A família constitui uma rede de solidariedade, mais ou menos sólida, quase sempre eficaz para oferecer os cuidados necessários a seus membros, especialmente quando apresentam incapacidade temporária ou permanente para prover autonomamente suas necessidades como nos casos de crianças e idosos ou nos casos de enfermidades físicas e psíquicas ou, ainda, de desemprego (PETRINI & DIAS, 2013, p. 277).

As histórias narradas nos livros “O Quinze” e “Menino de Engenho” confirmam que “a família é um requisito do processo de humanização que enraíza a pessoa no tempo, através das relações de parentesco destinadas a permanecer durante toda existência” (PETRINI & DIAS, 2013, p. 277).

Todavia, nos mostram o quanto podem ser vulneráveis os padrões morais que tentam sustentar hierarquias e resguardar normas de condutas em uma sociedade que passa por constantes transformações e precisa responder às demandas dos sujeitos sociais envolvidos nas tramas cotidianas e em momento de grave crise. Nesse sentido, acreditamos que as histórias narradas repercutem, em muitos aspectos, os complexos que caracterizam a relação entre identidades de gênero e a família.

Pensar nos papéis de gênero e nos conflitos que essa dinâmica gera na estrutura da família contemporânea, nos levar a refletir, necessariamente, sobre a historicidade de alguns conceitos que norteiam o comportamento humano e tentam justificar o lugar de subalternidade de determinados grupos sociais.

Indo no âmago da questão, o antropólogo francês Pierre Bourdieu, afirma: “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2014, p. 18), sugerindo que a sexualidade humana é algo simbólico, resultado de uma construção social, marcada por contrastes e profundos embates ideológicos.

Nesse sentido, identificar as razões que compromete a relação entre famílias e questões de gênero, além de muito audacioso, parece ser um exercício inócuo, sobretudo quando consideramos as constantes transformações que desestabilizam o senso moral da sociedade e estabelecem, cotidianamente, novas formas de percepção e regulação do comportamento. Entretanto, acreditamos ser possível e, acima de tudo, necessário, historicizar os processos de mudanças nessa seara e elaborar uma análise com vistas a uma reinterpretação das normas e dos padrões que, ressignificados na atualidade, reproduzem, em sua ampla maioria, os sentidos de outrora.

Não obstante, a supremacia masculina frente ao lugar de pouco destaque ocupado pela mulher ao longo dos anos, bem como toda ortodoxia que insurge sobre a sociabilidade feminina, reduzindo seus espaços de confluência na sociedade, representam a imposição de uma estrutura simbólica que:

Se exerce não na lógica pura das consciências, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2014, p. 50).

Como podemos ver, para Bourdieu, a regulação ocorre no campo da prática, normas e valores são sedimentados pelas relações sociais que naturalizam as hierarquias e se impõe como estatuto da ordem. É escusado dizer que as experiências do cotidiano, quando confrontadas com o enrijecimento moral das instituições e, ocasionalmente, coagidas pela força de um modelo organizacional normativo e excludente, não são capazes de suprimir o desejo de mudança. Como afirma Barthes (2004, p. 22), “o conflito não seria nada mais do que o estado moral da diferença”.

Entretanto, existe uma incompreensão desse arranjo por parte da própria sociedade, pois como foi mencionado acima, há um “obscurantismo” no processo de afirmação de toda essa lógica. Mas, ao que parece:

A lógica era, antigamente, a arte de tirar conclusões; agora, tornou-se a arte de se abster das deduções, pois parece que as conclusões a que somos inclinados a chegar com naturalidade quase nunca são válidas (RUSSELL, 2008, p. 93).

Em paralelo, Sócrates Nolasco alerta para o fato de vivermos em “uma cultura que se comunica por meio de um hiper-realismo, sem relevos simbólicos e através de imagens sedutoras que nada contribuem para fortalecer o processo de singularização individual” (NOLASCO, 2001, p. 10). Essa premissa instaura um paradoxo epistemológico que faz jus as contradições comportamentais que vivenciamos atualmente.

Será que a moral teria se enrijecido a ponto de desprezar o auxílio do simbólico? Refletindo sobre a heteronormatividade, Bourdieu (2014) nos fala sobre o “adestrato dos corpos” e a natural disposição que desenvolvemos no sentido de reafirmar valores que legitimam a primazia da virilidade masculina, repercutida em diversos setores da sociedade, seja na política, nos negócios ou na ciência.

Em contraponto, é interessante notar que em sociedades primitivas, como os grupos que viviam no Brasil no século XVI, a compreensão acerca das questões de gênero era totalmente diversa. Em “Casa Grande e Senzala” no capítulo que Gilberto Freyre se dedica analisar a organização social de diferentes tribos indígenas, pode-se perceber uma nítida relativização da dominação masculina, em destaque.

Eram ainda as mulheres que plantavam o mantimento e que iam buscar a água à fonte; que preparavam a comida; que cuidavam dos meninos. Vê-se que não era pequena a importância da mulher velha entre os indígenas; enorme a da mulher, em geral;

e nessa categoria o estudo comparado da arte e da indústria entre os primitivos autoriza-nos a colocar o homem efeminado ou invertido sexual, comum entre várias tribos brasílicas (FREYRE, 1992, p. 115).

Em outra passagem do livro, voltando a refletir sobre as questões da feminilidade e da hierarquia de gênero entre os indígenas, Gilberto Freyre (1992, p. 116) identifica: “quanto aos pajés, é provável que fossem daquele tipo de homens efeminados ou invertidos que a maior parte dos indígenas da América antes respeitavam e temiam do que desprezavam ou abominavam”.

Constatação que comprova que as identidades de gênero, quando “construídas através das relações sociais e políticas de um tempo histórico, são caracterizadas como processos históricos que não estão sob a égide da lógica da naturalidade, mas sim da moral e da política” (PRADO & MACHADO, 2008, p. 19).

Enquanto autores do século passado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz apresentam características que os identificam profundamente com o contexto social do período histórico que atuaram. As obras que pretendemos analisar e destacar pontos de convergência ou dissonância com a estrutura da sociedade contemporânea, no que se refere aos conflitos entre as questões de gênero e constituição familiar, representam a estreia de cada um deles no mercado editorial brasileiro e foram lançadas no início da década de trinta do século XX.

Nesse período, pensar sobre o papel social da mulher e do homem, era recorrer, necessariamente, às sentenças da biologia e interpretar a realidade a partir de um modelo de estratificação totalmente hierarquizado. Ainda não havia os modernos dispositivos legais que hoje em dia tentam igualar o acesso aos direitos sociais entre homens e mulheres.

Como metáfora dessa realidade, podemos utilizar a própria biografia dos autores em análise para entender como estava organizada a sociedade brasileira naquele período. Por ser homem, José Lins do Rego não precisou enfrentar as duras adversidades que a Rachel de Queiroz teve que superar. Não que hoje em dia seja muito diferente, mas no início dos anos trinta, do século passado, a literatura era uma atividade eminentemente masculina. Para as mulheres, estava resguardo, apenas, o papel de meras leitoras, não tendo, inclusive, na maioria das vezes, autonomia para escolher seus títulos de preferência.

Quando “O quinze” foi lançado, em 1930, muitos questionaram a autoria do livro. O escritor Graciliano Ramos logo se pronunciou: Rachel de Queiroz deve ser pseudônimo de *homem barbudo*. Outros achavam impossível que uma garota de apenas dezenove anos, idade da autora quando o livro foi lançado, produzisse literatura tão original, dotada de linguagem que destacasse a estética árida do sertão sem nenhum pudor romântico.

Com “O Quinze”, a escritora inseriu novos temas na pauta de debates da sociedade nordestina. Sob o ponto de vista da feminilidade, suas personagens questionavam padrões e insurgiam contra toda forma de controle. Definitivamente, “O Quinze” representou o salto mais significativo que a literatura de autoria feminina havia dado, até aquele momento, no Brasil. Rachel de Queiros expôs as peculiaridades desse universo, ampliou as possibilidades de compreensão da realidade brasileira, colocou o olhar feminino no centro do debate.

A literatura então instaura movimentos de caráter epistêmicos e ontológicos. Rachel de Queiroz desarticula com seu talento e sagacidade criativa, estruturas discursivas que limitavam a expressão do feminino. Obviamente que o sistema de opressão regido pelo universo da masculinidade se preservou ativo e em evidência, mas ocorreram fragmentações, distorções de sentido, ampliação do escopo de análise. O debate feminista no Brasil, após a publicação de “O Quinze”, entra numa etapa mais avançada, tendo em vista que adentra na cena, não apenas mais um texto em defesa da “igualdade de direitos”, mas toda uma concepção estilística e revolucionária de pensar a função social da mulher. Agora as diferenças foram trazidas à luz, fincadas sobre o estamento da moral e erigidas à condição de contra discurso.

Ao reconhecer-se diferente do homem, a mulher não deixou simplesmente de lutar pelos seus direitos. A valorização das diferenças é, antes de mais nada, a constatação de que o universo feminino existe, não pode mais ser escamoteado. E a literatura produzida pela mulher baseia-se neste seu universo, sendo mesmo resultante de um corpo que se fez experiência histórica e social, de um psiquismo que se fez cultura. Entre o público e o privado, a mulher que escreve estabelece seu mundo imaginário, procurando dizer de si mesma aos outros e propondo maneiras inovadoras de estar e de fazer (FREITAS, 2002, p. 120).

Não é exagero afirmar, que na história do romance brasileiro, não existiu período mais fecundo que a década de trinta do século XX. Todavia, o romance regionalista, como ficou conhecido o movimento de escritores nordestinos daquela época, foi, com exceção da Raquel de Queiroz, totalmente composto por homens. Valendo-se de seu notável talento e de sua forte personalidade, Raquel de Queiroz se inseriu no grupo de José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos e José Américo de Almeida, sem fazer uso de nenhum tipo de apadrinhamento, seja ele político ou literário. Suas fortes personagens femininas, extremamente racionais e avessas a toda forma de puritanismo, oferecia ao conjunto de interpretes do sertão, uma nova perspectiva de leitura da realidade. Não se tratava apenas de uma mera transgressão normativa, mas da própria inserção de um novo elemento, nesse caso, a mulher, no contexto da produção de conhecimentos e de sentidos.

A literatura não é para as mulheres uma simples transgressão das leis que lhes proibiam ao acesso à criação artística. Foi, muito mais do que isso, um território liberado, clandestino. Saída secreta da clausura da linguagem e de um pensamento masculino que as pensava e descrevia in absentia. Apenas desabafo? Não, a literatura feminina é mais um registro escrito do inconformismo da mulher àquelas leis. É, como um palimpsesto, a reescritura da produção literária masculina, mas sob o ponto de vista feminino (FREITAS, 2002, p. 119).

Preso por três meses em 1937 por conta de sua militância no Partido Comunista, Raquel de Queiroz também teve seus livros queimados pela ditadura getulista que os julgavam impróprios para os padrões morais de uma sociedade que se acreditava civilizada e ordeira. Mas a autora cearense insistia em inserir a presença da mulher na vida pública. Rompendo com as caricaturas constituídas pelo restrito universo da domesticidade e seguindo o esteio da revolução industrial que configurou o Brasil na década de trinta, fez de suas personagens porta vozes das reivindicações de toda uma coletividade ainda temerosa em expressar suas angústias existências.

O percurso literário da Raquel de Queiroz e do José Lins do Rego, mesmo muito semelhantes, tanto pela matriz temática que compartilharam, como pelo fato de serem nordestinos e estreados no mesmo período, não deixa de apresentar dissonâncias que estão diretamente relacionadas às questões de gênero e de família. É importante destacar que os meios de comunicação da época, bem como os ciclos da intelectualidade e do mercado editorial, eram comandados por homens. O autor de “Menino de Engenho”

gozou de privilégios estruturais que sempre beneficiaram a masculinidade. Pois, como sabemos, padrões e normas convergiam, exclusivamente, nessa direção.

José Lins do Rego era neto de José Lins Cavalcanti de Albuquerque, grande latifundiário do agreste paraibano e dono dos maiores engenhos de toda região. Após o assassinato de sua mãe, pelas mãos do próprio pai, também dono de engenho e esquizofrênico, Zé Lins muda-se para casa do referido avó e inicia seus estudos na condição de “*menino* que precisava virar *homem* e conquistar o mundo”. Como nunca esteve condicionado ao universo da domesticidade ou restrito aos condicionamentos comportamentais que limitavam a atuação da mulher, foi livre para estudar, ir para o Recife, grande metrópole nordestina do período e, após cursar a faculdade de direito, travar, livremente, relações com os grandes nomes do meio literário pernambucano.

Enquanto Raquel de Queiroz precisou romper com a clausura da ordem privada, algo distintivo na sua própria produção literária, questionando uma organização social extremamente sexuada e pautada no enquadramento simbólico do corpo feminino, José Lins do Rego tirou proveito das disposições estruturais de uma sociedade que, de maneira concreta, sedimentara o espaço para afirmação do protagonismo da masculinidade. Destarte, antes de entrarmos nos méritos de um escritor que subverteu sua própria lógica de significantes para denunciar o autoritarismo do patriarcado, é preciso acentuar a sua participação na ordem hegemônica para que possamos compreender a amplitude desse processo.

Como metáfora da estrutura androcêntrica que caracterizou e ainda caracteriza o universo literário brasileiro, podemos citar o caso da Academia Brasileira de Letras (ABL), fundada em 1897, mas que só admitiu uma mulher em seu notável quadro de imortais, no ano de 1977, ou seja, 80 anos após sua fundação. E foi justamente Raquel de Queiroz a primeira mulher a ingressar na ABL.

Acerca do fato, são famosas as querelas sobre o dia de sua posse. De repente, notou-se que não existia fardão para mulheres, indumentária fundamental para adornar o discurso da ingressa. Mas a autora de “Memorial de Maria Moura”, publicado pela primeira vez em 1992, soube superar o entreve com elegância e abrir o caminho para que outras escritoras pudessem auferir o mesmo destino na famosa casa de “Machado de Assis”.

Partindo do princípio que “a literatura acaba por constituir uma prática de significação incontornável, pela sua relação intrínseca com a linguagem, um dos

sistemas-chave de representação do mundo” (CANELO, 2018), podemos imaginar o quanto é difícil transgredir as normatizações de um sistema comunicativo asfixiado pelo rigor heteronormativo e limitado a uma estética que resiste a qualquer forma de relativização de seus padrões.

Tal enrijecimento das estruturas sociais compromete não só o desenvolvimento da subjetividade feminina, mas a do próprio homem, quando disposto a reinventar-se e romper com os condicionamentos excludentes do machismo, acaba por expor, impresso em seu discurso, as marcas desse enfrentamento.

Em toda produção literária do José Lins do Rego, a mulher sempre ocupou uma posição ambígua: ora de gaudiam dos valores do patriarcado, ora de questionadora da ordem. Essa posição incógnita parece ter representado uma autonomia da personagem diante do autor. São momentos de desestabilização da narrativa, resultado de um laboro que não consegue passar imune ao contexto convulsivo da realidade. Nesse sentido, a literatura transcende sua função documental, vai além do nexu estetizante e implica o leitor, subjetivando suas mais sólidas verdades. Talvez por isso, “não espanta, pois, que a aplicação das ciências sociais ao estudo da arte tenha tido consequências frequentemente duvidosas, propiciando relações difíceis no terreno do método” (CANDIDO, 2006, p. 27).

Entretanto, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz foram autores que sempre demonstram uma consciência muito clara acerca do potencial emancipatório do povo nordestino. Uma emancipação sedimentada pela força de sua cultura, nutrida por uma autenticidade que se reflete nas peculiaridades de seu modelo próprio de compreensão da realidade e de organização social. Esses autores fizeram de sua matéria prima um forte argumento de contestação. Sem epifanias, utilizaram o nordeste como um contradiscurso, apelando para os contrastes que denunciam a condição de profunda desigualdade que caracteriza o estado brasileiro.

Em consonância, sentencia Antonio Candido: Nos romances da “geração de 30”, fica evidente “uma preponderância do problema sobre o personagem, raramente a humanidade singular dos protagonistas dominam os fatores do enredo” (CANDIDO, 2006, p. 130).



Os estudos literários e culturais têm continuado a exercitar um olhar atento e crítico ao poder, às suas várias representações e às formas como vai informando a linguagem, nomeadamente, na desmontagem de ficções sociais como a raça, o género, a nação, as várias fórmulas de domesticação e hierarquização da diferença. Ou ainda, de outra perspectiva, como essas categorias sociais são apropriadas pelos indivíduos e se refletem nas representações discursivas da literatura e da cultura (CANELO, 2018, p.17).

“O quinze” e “Menino de engenho”, publicados em 1930 e 1932, respectivamente, são narrativas focadas na implicação do ser com o território. Considerando toda historicidade que envolve esse confronto e o estabelece como condição primeira da formação do social do nordeste. Em suma, são textos conflituos, anárquicos em sua estruturação semântica ou mesmo estética.

Analogamente, é como música “tirada de ouvido”, processo quase instintivo de concepção artística, contradizendo o epíteto academicista que tenta regular a subjetividade. Os autores em análise enfrentaram os enquadramentos do patriarcado, enquanto construto de uma tradição cultural, notadamente, respaldada pelas relações sociais. Execraram, desde sempre, toda forma de determinismo.

José Lins e Raquel de Queiroz, desde o início da carreira, perceberam que:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativa, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações (KOSIK, 1986, p. 9).

Para Antônio Candido, os romancistas da década de 30, caracterizam um momento de extrema relevância para história social brasileira, pois foi a partir desse momento que:

A inteligência tomou finalmente consciência da presença das massas como elemento construtivo da sociedade; isto não apenas pelo desenvolvimento de sugestões de ordem sociológica, folclórica, literária, mas, sobretudo porque as novas condições de vida política e econômica pressupunham cada vez mais o advento das camadas populares. Pode-se dizer que houve um processo de convergência, segundo o qual a consciência popular amadurecia, ao mesmo tempo em que os intelectuais se iam tornando cientes dela (CANDIDO, 2006, p. 143).

Nesse sentido, “o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultado da vida social dos homens” ou melhor, sendo mais incisivo, o mundo da “pseudoconcreticidade”, como diria (KOSIK, 1986, p. 11), passa a sofrer uma interdição de um pensamento crítico forjado no próprio contexto de onde emergem as contradições.

As questões de gênero que incidem diretamente na dinâmica da sociabilidade e atuam no desequilíbrio das estruturas familiares, insurgindo contra normas e padrões que agem no sentido de obliterar a complexidade da realidade e estabelecer modelos simplificados de organização, passam ser questionados em suas dimensões mais íntimas e provocados a ressignificar seu sistema de exclusão.

José Lins do Rego e Raquel de Queiroz operaram sobre um estrato mitificado da moralidade que erigiu enquanto estatuto de verdade absoluta, mas que não estabilizou os conflitos inerentes a uma realidade extremamente diversa em seus caracteres culturais e políticos. 1977, p.77 “no fundo, vivemos em uma sociedade onde existe uma espécie de combate entre o mundo público das leis universais e do mercado; e o universo privado da família, dos compadres, parentes e amigos”. Talvez por isso, julgamos interessante a escolha de um escritor e de uma escritora, afim que o trabalho configure a antítese necessária de um universo simbólico que busca, a despeito das consequências, instaura-se como real.

Não obstante, é notório que a produção das hierarquias sociais está intrinsecamente vinculada ao desrespeito à diversidade e a liberdade individual, fato facilmente constatado tanto em “*O Quinze*” quanto em “*Menino de Engenho*”. Esse exercício de denuncia destaca-se pela amplitude do enfoque e, acima de tudo, pelas ambiguidades que sedimenta a autonomia política do texto. Pois como dizia Roland Barthes: “a luta social não se pode reduzir à luta de duas ideologias rivais: é a subversão de toda ideologia que está em causa” (BARTHES, 2004, p.41).

Em uma sociedade democrática, onde se pressupõe a igualdade de direitos, não deveríamos tolerar nenhum tipo de restrição à interação ou integração entre grupos humanos.

Entendemos que é preciso avançar, superar as dicotomias impostas pela perspectiva biológica-reducionista e acrescentar aos debates questões que estão relacionadas aos aspectos sociais, culturais, comportamentais e, sobretudo, aqueles que

dizem respeito à subjetividade individual de cada pessoa, inserida em determinada época e lugar. Para tanto, faz-se necessário uma análise histórica, algo que pretendemos fazer aqui a partir da análise de dois clássicos da literatura brasileira, do início do século passado.

Parece-nos impossível atender as demandas individuais, tomando como base os princípios da exclusão e da intolerância. Precisamos compreender que “as diferentes classes de nossa sociedade não só vivem de maneira diferente quantitativamente, como também vivem em estilos diferentes qualitativamente” (BERGER, 1986, p. 23).

Os impasses que marcam os conflitos existentes entre as famílias contemporâneas e os debates sobre as questões de gênero são, no nosso entendimento, ainda incompreensíveis. É fácil perceber que os diversos grupos sociais envolvidos no embate parecem muito mais comprometidos em desenvolver métodos para impor suas supostas verdades, do que dispostos a reconhecer suas limitações e compreender o ponto de vista alheio. Essa redução da verdade a um sentido meramente prático e instituidora de hierarquias, essa “vontade de verdade”, como diria (FOUCAULT, 2004), tem exercido um protagonismo negativo na luta pela igualdade de direitos e limitado o espectro de estudo e pesquisa.

Tomados por um forte sentimento de urgência, ativistas “modernos” e “conservadores”, oprimem, com seus discursos raivosos, aqueles que tentam refletir sobre as possibilidades de superação das diferenças. Dessa forma, com o debate, muitas vezes, polarizado, ficam todos suscetíveis ao radicalismo excludente das sentenças prontas. Mas a literatura, como afirma Barthes, adora trapacear a língua, com seu magnífico jogo de esquiva, acentua-se suas possibilidades de compreensão da realidade, tendo em vista que ela se estabelece em lugar sempre improprio, fora das zonas de atuação do poder (BARTHES, 2007).

Tudo isso é útil para evidenciar que a construção da identidade no mundo moderno significou uma ruptura com uma ordem emocional que garantia ao sexo masculino o poder no relacionamento. E implicou numa maior autonomização dos indivíduos. Esta autonomia, uma condição para interagir com as demais, implica, portanto, reciprocidade e interdependência (MEDEIROS, 2008).

Todavia, os discursos de muitas e diversas famílias, sustentam a ideia de igualdade entre os sexos. Entretanto, sabemos que “a análise do discurso não desvenda a universalidade de um sentido” (FOUCAULT, 2004, p. 70). Nesse caso, na maioria das

vezes, essas famílias escondem uma série de normatizações que incidem, diretamente, sobre o universo comportamental de homens e mulheres. Hierarquias são instituídas e determinados padrões transformados em regras quase que invioláveis. No interior do processo, novos discursos são anunciados, contornando diferenças e estabelecendo relação mais produtiva entre as famílias contemporâneas e defensores do debate sobre gênero.

## CAPÍTULO II – ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: O PROJETO NORDESTE E A DÉCADA DE 30.

“Era um pedaço de sertão que lhe vinha com aquele moço tostado pelo sol do Quixadá...”.  
(QUEIROZ, 2010, p. 77)

Naturalmente, quando pensamos sobre a Região Nordeste do Brasil, logo evocamos os estigmas reducionistas que tentam limitar a sua relevância sócio-histórica em relação ao restante do país, sobretudo quando comparada com as Regiões Sul e Sudeste. A persistência de formas arcaicas no que refere a sua organização social, bem como a vigência do autoritarismo político e da desigualdade econômica, nos imputa uma mácula de região atrasada e subdesenvolvida. Destarte, as relações sociais do povo nordestino, não passaram imunes a esse enquadramento ideologicamente construído ao longo dos séculos e que, ainda hoje, se faz presente em alguns de seus elementos essenciais.

Para que possamos analisar dentro de uma perspectiva histórica os conflitos relacionais provocados pelas questões de gênero no âmago da família nordestina, buscando fazer uma ponte com as incongruências dos discursos que marcam a contemporaneidade, foram levados em conta à simbologia que, atualmente, limita o debate a questões meramente primárias e deslocadas dos fatos. Assim, faz-se necessário entender o controverso processo de formação histórica dessa região, desde a colonização portuguesa, quando os nativos brasileiros foram submetidos a uma ressignificação de seus valores, passando pela exploração de nossas terras, águas e imposição cultural.

Sabemos que o território brasileiro foi profundamente modificado pelos colonizadores portugueses, algo que, para além de reconfigurar a nossa geografia, também atingiu o processo de formação da identidade do nosso povo, redefinindo, assim, os interesses e as práticas mais genuínas da população nativa. Em terras nordestinas, especificamente, a introdução de espécies vegetais oriundas do velho mundo e, sobretudo, a imposição da cultura da cana de açúcar, reduziram, exponencialmente, os limites da Mata Atlântica e alteraram, profundamente, nossa relação com a terra.

Sob o pretexto do desenvolvimento de uma estrutura produtiva e de progresso econômico, a população vigente do nordeste foi submetida a um forçoso processo de adaptação que nos legou profundas sequelas. Em “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda já denuncia o irracionalismo dessa lógica impositiva, quando afirma que:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências (HOLANDA, 2001, p. 31).

Implantado pelo uso da força, ainda no século XVI, o espaço político e administrativo do colonizador se sobrepôs aos costumes da população nativa e reorganizou o nosso território naquilo que ficou definido como capitânicas hereditárias, essas, inicialmente comandadas pelos capitães donatários e pelos capitães-generais, ambos escolhidos pela coroa portuguesa e, por essa razão, plenamente subservientes a ela.

Nesse período da história e por um longo tempo depois, tivemos nossa sociabilidade regida pela lógica das metrópoles europeias que passaram a ser legitimadas pelo aparato cultural que por aqui foi sendo erguido: templos católicos, bibliotecas, edifícios civis, imensos jardins e museus, replicavam os referenciais de uma cultura extremamente diversa a nossa organização nativa. Em “Visão do nordeste” (1962), ensaio publicado em 1956, Alceu Amoroso Lima, utiliza-se desse artefato arquitetônico para fazer comparações entre o nordeste e algumas capitais europeias. A partir dessas analogias, identifica um projeto de construção de identidade, patenteada pela lógica organizacional do “velho continente”. Um exercício muito convivente na época, mas desnecessário do ponto de vista prático.

Logo, não é difícil presumir que todas essas transformações de caráter geográfico, político e social, correspondiam aos interesses de uma minoria privilegiada e pouco disposta a abrir mão de suas riquezas. Voltando ao nordeste, particularmente, o sociólogo Octavio Ianni (1981, p.128), chega à seguinte conclusão: “manter o Nordeste “Nordeste”, flagelado, exótico, ou mesmo como ameaça, é o preço que a classe dominante julga razoável pagar para garantir as condições de dominação e exploração das classes subalternas”.

Nesse regime de dominação por parte dos colonizadores e daqueles escolhidos para defenderem seus proveitos, a região nordeste foi constituindo sua configuração

física à medida que ia criando seus próprios mecanismos de emancipação geográfica e política. A sedimentação de suas características mais singulares, assim como de seus estratos administrativos e culturais perpassam, necessariamente, por sua dimensão político-regional, notadamente, pela marcante presença de lideranças populistas que atavam desde os tempos mais remotos da historiografia brasileira. Em seu estudo sobre “O discurso e a prática do regionalismo nordestino”, Iná Elias de Castro, constata:

As clivagens socioeconômicas do território brasileiro devem, então, ser interpretadas também como um produto político e também como um fator da política, pois, em sendo o espaço nacional organizado e construído histórica e politicamente, as condições particulares do espaço pressupõem um sistema político regionalizado, com relações internas e externas específicas (CASTRO, 1992, p. 16).

Partindo desse pressuposto político, percebemos que o advento da independência do Brasil e a manutenção do flagelo da escravidão, algo que contrastava com os ideais revolucionários da época, alicerçados nos preceitos da Revolução Francesa, instituiu a concepção de um estado nacional e soberano capaz de reduzir as desigualdades que assolavam o país. Entretanto, depois que o nordeste deixou de ser sede do poder administrativo, perdendo o posto para cidade do Rio de Janeiro em meados do século XVIII, notou-se um aprofundamento da miséria e uma significativa redução do aporte financeiro que a federação destinava para essa região.

Mas é a partir da instituição da República Federalista que vai de 1889 a 1930 que o nordeste começa a esboçar, de maneira mais clara e efetiva, as características que irão lhe consagrar, futuramente, como um imenso território que se destaca por peculiaridades que inferem, tanto em sua produção cultural, quanto nas relações familiares, políticas e de trabalho.

Em 1930, mais especificamente, a região assume, territorialmente, sua atual conformação geográfica, fato esse ordenado por uma elite regional, focada unicamente em seus interesses políticos. Entretanto, nesse período, já se constatava um forte sentimento de pertencimento de uma população que começava a constituir sua própria identidade, algo que se identificava com a produção literária dos autores regionalistas da época. Como afirma o professor Denis de Mendonça Bernardes (2007):

[...] para encerrar a rápida caracterização dessa fase, lembremos que a emergência de uma literatura regional de grande qualidade não foi indiferente a esta constituição oficial da região. Nomes

como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, entre muitos outros, antes ou depois, muito contribuíram, com motivações diversas, para dar ao Nordeste um lugar não apenas na divisão territorial do país, mas também em sua geografia cultural (BERNARDES, 2007, p. 69).

Mas não podemos negar a persistência metafórica de um ideário que visa distinguir a região como sinônimo de atraso econômico e desorganização social. Alceu Amoroso Lima, mais uma vez, lembrando suas andanças pelo nordeste, afirmou que por aqui “palpa-se a miséria a cada passo” (LIMA, 1962, p. 23). A cantilena reducionista que parece querer erguer mais um mito nacional, nunca saiu de pauta. Tudo isso reforça o que constata Manuel Correia de Andrade (1993).

A imagem do Nordeste, nas áreas mais ricas do país, é falsa e deprimente. Geralmente se admite que o Nordeste é uma região pobre, habitada por pessoas mal alimentadas, carentes, pouco educadas e com baixos índices intelectuais. É lembrada sempre a presença de nordestinos pobres que viajam para as grandes cidades para trabalhar nas atividades não qualificadas e de baixa remuneração. Chega-se até a atribuir aos nordestinos a sujeira e a insegurança das grandes cidades do Sudeste (ANDRADE, 1993, p. 58).

Mas esses “aforismos” não condizem com a realidade, estão sustentados por um constructo ideológico que resiste às transformações sofridas pela sociedade. Na década de trinta e durante todo período da Era Vargas, os resquícios do século XIX ainda eram muito evidentes no nordeste. Certo arcaísmo dominava as relações humanas e estabelecia o padrão da seara política. Doravante: “as ideias não são dominantes porque abarcam toda sociedade, nem porque a sociedade toda nela se reconheça, mas porque são ideias dos que exercem a dominação” (CHAUI, 1989, p.44). Logo, utilizando a expressão do Raymundo Faoro, precisamos compreender o papel exercido pelos “Donos do poder”, questão que ele vai dessacralizar, chegando a seguinte conclusão.

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no



tradicionalismo - assim é porque sempre foi (FAORO, 1997, p. 733).

Para constatar o que diz Raimundo Faoro, basta dizer que durante o Estado Novo surge o interesse de dividir o Brasil em um fatiado de grandes regiões, com único intuito de reduzir a autonomia dos estados e constituir uma integração nacional, a partir do fortalecimento do poder central, outorgando, dessa forma, ao presidente Getúlio Vargas, o status de “proprietário da nação”. Nesse primeiro momento, a Região Nordeste era constituída pelos seguintes estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Sergipe e Bahia faziam parte da extinta região Leste, naquele momento, demarcada pelo curso do rio São Francisco (ANDRADE, 1993).

Futuramente, um grupo de trabalho denominado Operação Nordeste (Openo), isso já durante a década de 50, desenvolve um estudo que conclui que o problema do atraso social da região nunca esteve relacionado às suas condições climáticas, mito que ainda hoje vigora no ideário nacional, mas, sobretudo, ao descaso da política econômica do país. A partir disso é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que teve como primeiro superintendente o economista, Celso Furtado. A SUDENE desenvolveu estudos importantes, realizou diagnósticos nunca antes feitos, mas não conseguiu dirimir a disparidade entre a região Nordeste e as regiões do Sul do Brasil, mesmo com a anexação dos estados da Bahia e de Sergipe.

Na década de 30, período em que o José Lins e a Rachel de Queiroz estrearam oficialmente na cena literária brasileira, ocorria concomitantemente uma série de profundas mudanças na estrutura social do país. O projeto de transformar o Brasil em um estado urbano-industrial alterou o caráter das nossas instituições, bem como a própria percepção social do nosso povo. Abandonando de uma vez por todas os estratos morais, estéticos e organizacionais da zona rural, pretendia-se a partir do estreitamento dos laços com as nações mais desenvolvidas, modernizar o país em todos os seus setores.

Entretanto, no Nordeste, esses avanços “civilizatórios” não chegaram com a mesma velocidade. A região padecia com a falta de investimento do governo federal que centrava parte significativa de suas ações nas regiões sul e sudeste. A decadência dos moinhos de cana-de-açúcar e as secas causticantes que massacravam o povo nordestino foram temas explorados pelos escritores da geração de 30. De modo que se

produzia uma literatura alinhada com a realidade de uma região que exercia um papel de coadjuvante na economia, mas de protagonista na seara política e social. Essas são questões que definem o nordeste não apenas como uma demarcação física na geografia nacional, mas como um território político e balizador de uma potente tradição moral. Em “Nordeste”, Gilberto Freyre conclui:

A verdade é que foi no extremo Nordeste – por extremo Nordeste deve entender-se o trecho da região agrária do Nordeste que vai de Sergipe ao Ceará – e no Recôncavo baiano – nas suas melhores terras de barro húmus – que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira, os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituíram aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro (FREYRE, 1951, p. 43).

Doravante, no que diz respeito à interpretação, mistificação e elaboração das mais valiosas narrativas daquele momento histórico, incontestavelmente foi o nordeste o grande autor da literatura produzida no Brasil na primeira metade do século XX. Partindo de um universo uniformizado pelo olhar daqueles que residiam em outras regiões, desconstruído muitos estereótipos e reforçando outros, mas, acima de tudo, problematizando o discurso dominante, a geração de 30 reivindicou outro status social para o nordeste, a partir de uma profunda revisão do seu estrato estético, político e histórico. Tudo isso foi imprescindível para percebermos que a cultura Brasileira não pode ser submetida às estratégias ideológicas de uma classe dominante, pois como diria Alfredo Bosi (2008):

[...] não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz de nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário: a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um “efeito de sentido”, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço (BOSI, 2008, p. 7).

Se todas as disciplinas estão efetivamente presentes no monumento literário (BARTHES, 2007), estamos corretos em realizar a nossa investigação a partir do fecundo substrato discursivo das obras citadas, destacando as profundas transformações sociais que caracterizaram as primeiras décadas do século XX, bem como sondar as origens históricas dos fatores que ocasionaram essas mudanças e os seus efeitos na atualidade.

Retornando a década de trinta, período marcado por um golpe de estado que não correspondeu às expectativas dos artistas e intelectuais envolvidos, mas que acabou deflagrando o Estado Novo e uma série de transformações sociais e institucionais, a sociologia brasileira nos oferece uma gama de diversificadas interpretações. Octavio Ianni (1971), sociólogo paulista com vasta produção produzida a partir do golpe militar de 1964, esclarece quais são os reais objetivos dessa ação política.

O golpe de estado, na grande maioria dos casos, é uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas, em andamento ou projetadas. Por isso, envolve a restauração ou o endurecimento de estruturas arcaicas. Isso é, o golpe de estado sempre inaugura um estilo de poder autoritário e implica na cristalização da estrutura de apropriação” (IANNI, 1971, p. 8).

Nesse contexto de intemperanças na seara política e inúmeros conflitos de caráter moral, as contradições entre reconfigurações estéticas e subversão de valores, norteavam o cenário literário da época e colocavam escritores e sociedade, indissociavelmente vinculados a um projeto de conformação da identidade brasileira que já não admitia as amarras estruturantes da Europa. O arquétipo “exibicionista” e de “convenção” que caracterizou a literatura brasileira na década de 1920, era agora contraposto por uma produção enraizada em nossos matizes e imbuída em realizar um confronto ideológico com os convencionalistas que insistiam em defender seus aforismos exóticos.

Rachel de Queiroz e José Lins do Rego redimensionaram os aspectos elocucionais de seus romances e se transformaram, junto a outros autores, como Graciliano Ramos, José Américo e Jorge Amado, em porta vozes de uma nova perspectiva de enfrentamento do sistema segregacionista da sociedade brasileira. Nas obras desses autores, a população periférica das grandes cidades e, sobretudo, o extrato agrário da nossa demografia, assumiram um protagonismo reivindicatório que imprimiu uma nova configuração na dinâmica social do país, demonstrando que “na reciprocidade dos campos da História e da Literatura, as interpretações vão para além da compreensão das temporalidades, dos tempos históricos e das memórias” (CAVALCANTI & SILVA, 2010, p. 2). Na verdade, estão intrinsecamente vinculadas ao próprio processo de construção de sentidos, dando base aos múltiplos significados da realidade.

No período da ditadura getulista, quando “Menino de Engenho” e “O Quinze” foram publicados, a escassez de trabalho no Brasil, para uma população cada vez mais

urbana, bem como o surgimento das primeiras organizações sindicais e, sobretudo, a ascensão da mulher na sociedade brasileira, estabeleceu uma profunda instabilidade social no país. Isso nos leva a pensar que, “na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós” (HOLANDA, 2001, p. 160). Estávamos, talvez como ainda hoje, presos ao paradoxo de uma concepção doméstica de administração pública, focada na contenção dos avanços da cidadania e na preservação dos privilégios de uma pequena minoria.

Nessa perspectiva, a conturbada década de trinta e o movimento revolucionário que provocou profundas alterações na organização social do país, constituindo aquilo que (FONSECA, 1999) definiu como “a primeira revolta ou movimento armado da história do Brasil com características marcadamente nacionais”, destacou-se a figura do já por diversas vezes citado, Getúlio Vargas, grande líder do movimento e unificador das forças políticas interessadas em romper, definitivamente, com a estrutura governamental da República Velha.

Tal argumento também se alinha com a ideia de instaurar as condições necessárias para uma modernização dos setores econômicos, a partir do avanço da industrialização, seguindo a esteira do fortalecimento das novas instituições que estavam sendo criadas. Outrossim,

Cabe mencionar que Vargas nunca foi liberal; ao contrário, sempre que se referia ao liberalismo, mesmo antes de assumir a Presidência da República, o fazia em sentido crítico. Não há um discurso, artigo ou manifestação sua que lembre sequer simpatia a qualquer autor liberal, seja na política (como Locke, Montesquieu ou Rousseau, por exemplo) ou na economia (como Smith, Say e Ricardo, para ficar nos clássicos). As referências, ao contrário, foram sempre críticas, associando o liberalismo à ideologia dos países ricos, em nível internacional, e dos proprietários de terra, internamente. A filiação ideológica de Vargas desde jovem foi ao positivismo, ideologia oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (FONSECA, 1999, p. 47).

Em contrapartida, a ascensão de Vargas ao poder gerou grande expectativas entre os intelectuais daquele período. Com seu discurso controverso, mas contestador da estrutura elitista da República Velha, Getúlio Vargas conquistou inicialmente o apoio de eminentes nomes da intelectualidade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand se destacaram entre aqueles que incorporaram o espírito revolucionário da época, com o intuito de debaterem, democraticamente, os problemas sociais da nação

e elaborarem um projeto de reorganização governamental para o Brasil (SILVEIRA, 2008).

Tal sentimento republicano de transformação social e superação das cicatrizes geradas pela colonização, legitimava as invertidas de Vargas e sedimentava o golpe que estava por vir. Enquanto isso, intelectuais, classe artística, empresários e o povo em geral, compartilhavam de um ufanismo inebriante.

Assim, derrotado nas urnas por Júlio Prestes, Getúlio Vargas aglutinou ao seu lado um grande número de personalidades das mais diversificadas correntes de pensamento e, em 1930, contestando o resultado do pleito, alicerçado sobre fortes denúncias de fraude na contagem dos votos, deflagra o golpe. Entretanto, salientamos que as propostas de Sérgio Buarque de Holanda, Alberto Torres, Oliveira Vianna e do Assis Chateaubriand, entre outros intelectuais, não resultaram do golpe, mas foram, em grande medida, razão de sua existência (SILVEIRA, 2008). As duras críticas desenvolvidas por esses autores no final dos anos 20, julgando o personalismo da política brasileira como causa motriz do nosso atraso social e econômico, formaram o discurso da Aliança Liberal liderada por Getúlio.

Contudo, decepcionados com a ditadura aplicada pelo governo Vargas logo após a tomada do poder, negando assim as propostas que balizaram o apoio dos intelectuais a sua ascensão, tivemos uma reviravolta que redefiniu o posicionamento político dessas personalidades e os colocaram contra o líder que eles próprios ajudaram a erguer. Claro que toda essa conturbação na ordem social e política do país, incidiram diretamente no comportamento das pessoas e nas formas que as relações passaram a ser consolidadas. Valores foram relativizados e instituições reconfiguradas.

O embate geracional cada vez mais intenso diante da instabilidade ética e da falta de referências aumentava a sensação de insegurança e reduziam as esperanças de dias melhores.

Nesse turbilhão de mudanças e proposições incertas, a família brasileira tentava manter sua estrutura hierarquizada frente às reivindicações de uma sociedade cada vez mais autônoma. O debate sobre as questões de gênero ganharam força com os novos papéis que a mulheres assumiram e a própria dinâmica do ambiente doméstico já começava a admitir, ainda que timidamente, diversas alterações em sua base.

O período analisado ainda apresentava fortes resquícios das profundas transformações sociais que o país passava desde meados do século XIX, momento esse

de grande “volatização dos valores tradicionais e da rápida vigência de novos padrões de pensamento, gosto e ação que se disseminaram rapidamente, atingindo a todos os setores da sociedade e da cultura” (SEVCENKO, 1999, p. 95).

Quando Rachel de Queiróz publica “O Quinze” em 1930, ela parece querer instaurar, com a sociedade brasileira, um debate acerca dessas reconfigurações estruturantes, indagando, sobretudo, o papel da mulher frente a essas mudanças. No livro em questão, temos a marcante presença de Conceição, protagonista que, por diversas vezes, questiona a ordem patriarcal e assumi posições extremamente ousadas para época, negando-se, inclusive, a casar e a ter filhos. Ainda sobre a estreia da Rachel de Queiroz no universo literário brasileiro, afirma Nelson Werneck Sodré (1982):

Há dados circunstanciais, nessa estreia: o romance surgido de experiência direta é de mulher e muito jovem. Esses dados negativos – nem a mulher, nem o jovem, em nosso país, tem condições para atingir o nível cultural de destaque, não por ser mulher, ou por ser jovem, mas por forças de condições sociais – esses dados fazem crescer o espanto ante uma descrição seca e violenta do fenômeno climático que assola a região e lhe marca a fisionomia (SODRÉ, 1982, p. 550).

No boje dessas circunstancias, enquanto o movimento feminista, na década de trinta, do século XX, já problematizava a hierarquia de gênero na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil mantinha-se alheio a essa discursão. Mas, com a publicação de “O Quinze”, com apenas dezenove anos, seu livro de estreia, Rachel de Queiroz inseri o Brasil no debate sobre gênero e questiona a posição da mulher frente às transformações sociais da virada do século. Dessa forma, através de suas personagens femininas, a autora elabora uma profunda e sofisticada análise da moral machista que visava enquadrar a mulher a uma posição de subalternidade social.

Vale ressaltar que a política reformista de Getúlio Vargas e os significativos avanços no setor econômico e institucional que marcaram o país na década de 30, apenas chegaram ao nordeste após alguns anos de atraso. O economista Celso Furtado e o Governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, foram os grandes responsáveis por inserir o nordeste na pauta administrativa do país naquele momento. Logo, era evidente que a população nordestina ainda não estava alinhada com as reivindicações sociais que moviam as zonas urbanas das regiões sul e sudeste (IANNI, 1971).

Com o lançamento do clássico “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre denuncia o amadorismo e falta de coerência política das nossas lideranças,

demonstrando que acima de tudo, o que vigorava era um anacronismo institucional que nos remetia aos períodos mais obscuros da nossa história. Identificava anomias sociais que impedia qualquer tipo de revisão no senso moral que hegemonicamente regulava o padrão comportamental de cada cidadão.

A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar “povo brasileiro” ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático (FREYRE, 1992, p. 51).

Mas voltando a Rachel de Queiroz e o seu contexto histórico, ficamos a imaginar o quanto sua linguagem crua, dura e direta deve ter surpreendido os leitores da época. Sua literatura engajada e revolucionária, sobretudo do ponto de vista social e estético, ampliaram as possibilidades de apreensão da realidade brasileira, notadamente dos seus aspectos mais íntimos e primitivos. Suas personagens femininas enfrentaram a hegemonia do discurso masculino, sem perderem, em nenhum momento, a consciência exata da dimensão política de suas ações. A cada diálogo, entre cada conflito moral ou desarranjo social, podemos evidenciar que:

O narrador Racheliano não se restringe ao nascimento ou à morte – isto é o natural. Sua preocupação é com o processo, o(s) momento(s) exato(s) em que o cotidiano ou o inusitado passam. Cotidiano que, sorrateiramente, esconde importantes transformações, ainda que nós – ou as personagens – não se dêem conta delas antes que chegue o final das páginas, o novo recomeço, o movimento repetido, o continuar infinito que é viver. É este modo de investigar o ser humano, em sua forma mais seca, mais simples, mais objetiva que preenche nossos olhos de leitor, que convence nossos ouvidos, que nos faz humildemente parar e escutar (GUERRELLUS, 2011, p. 14).

Rachel de Queiroz e José Lins do Rego provocaram uma profunda revisão nos conceitos classistas que tentavam simplificar a complexa dimensão da *ideia* de Nordeste, impondo ao debate nacional, novas perspectivas de entrelaçamento entre o arcaico e o moderno. O emblema de literatura *regional* representou um embuste diante do alcance das discussões forjadas nas páginas dos grandes clássicos produzidos por esses autores. Clássicos enquanto obras que romperam as amarras moralizantes do tempo e se fixaram no imaginário popular para além das delimitações do rigor acadêmico.

Ao contrário do que afirma Alfredo Bosi, quando diz que “o tempo da cultura popular é cíclico, por ser vivido em áreas rurais mais antigas ou em pequenas cidades marginais e em algumas zonas pobres”, concluindo dessa forma que “o seu fundamento é o retorno de situações e atos que a memória reforça atribuindo-lhes valor” (BOSI, 2008, p. 11), entendemos a literatura popular, dita regional, com sua linguagem acessível e excessivamente descritiva, como um movimento de vanguarda, sobretudo, quando reflete acerca de sua função política e se problematiza enquanto movimento cultural periférico.

José Lins e Rachel de Queiroz manipularam com mestria uma matéria prima de difícil arranjo. Uma matéria prima valiosa, secularmente achatada sobre o signo da indiferença ou do exotismo. O sertão, seus estamentos institucionais e simbólicos, sua força motriz centrada na identidade de seu povo, receberam, desses autores, o devido reconhecimento. Nas páginas de “Menino de Engenho” e “O Quinze”, o nordeste se expressa livremente. Pela primeira vez, o *idioma* sertanejo pôde se apoderar, orgulhosamente, do seu dever político, abandonando, assim, a alcunha de um “mero dialeto arcaico”. Pois, ao que parece, “não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e toda classificação é opressiva” (BARTHES, 2007, p. 12).

O nordeste mitificado, corrompido pelo descaso político, abordado como região exótica, incapaz de auferir o nível de civilidade já alcançado pelas regiões sul e sudeste do país, apresenta-se através da literatura, mais particularmente dos autores da geração de 30 do século passado, como o mais ambicioso interprete da nação brasileira. O nordeste e sua narrativa de denuncia social expõe, independentemente de qualquer constrangimento, todo anacronismo que caracteriza o Brasil. Na obra desses autores, o nordestino fala em língua própria, assume sua personalidade, reafirma o seu modo ser diante e estar sem necessidade de paralelos estilísticos. Em Rachel de Queiroz e José Lins do Rego, mais precisamente, o povo nordestino diz o que é. Ou como diz Alceu Amoroso Lima (1962).

O que marca o povo nordestino, tanto a massa como as elites, tanto os que formam as velhas ou novas escolas literárias, científicas ou filosóficas, como os que se refugiam no ôco das florestas para os seus ritos semibárbaros é – **o Caráter**. É isso que o Nordeste tem de ensinar ao Brasil. É isso que forma a incomparável contribuição que o país todo tem que receber desse homem soberbo, calado, renitente, honesto, trabalhador,



que no alto sertão como nas florestas praieiras, tanto nas culturas do “agreste”, como nas indústrias citadinas, como nas escolas como nas areias, conserva até hoje um tipo a parte, tão profundamente preocupado com o destino da nacionalidade toda, tão profundamente brasileiro, como esse gaúcho das coxilhas, que até hoje sente, por vezes, vagamente no subconsciente, mas pronto a qualquer chamada, a responsabilidade da defesa coletiva (LIMA, 1962, p. 36).

O nordeste é muito mais que um conceito geográfico forjado pelo pragmatismo científico. Ao seu modo peculiar, o povo nordestino, nas suas mais diversas estratificações, compreende bem a estratégia ideológica que visa utilizar a região como instrumento de barganha política nos conchavos que são firmados no centro do país. Compreender as formas de manifestação do nordeste, bem como o complexo processo de construção do seu riquíssimo arsenal cultural, implica em perceber que a manutenção de uma estrutura classista, imposta por suas elites, corrobora, implacavelmente para sedimentação do estado de desigualdade social que marca profundamente sua feição. Obviamente que as elites nordestinas atuam em íntima parceria com as lideranças políticas e industriais do centro do país. Ao que parece, essa é uma questão de conveniência. Nas palavras da Iná Elia de Castro (1992),

como se trata do espaço nordestino, o suposto é que a política, enquanto institucionalização do poder de classe, tem sido domínio da elite conservadora. Esta, através da sua prática, preserva a posição de classe dirigente, pela participação de coalização de poder nacional, mantendo assim sua posição de classe dominante na escala regional (CASTRO, 1992, p. 20).

## **PATRIARCADO, SOCIEDADE E LITERATURA: A DINÂMICA DOS VÍNCULOS E A PRODUÇÃO DE CONTEXTOS.**

“Andávamos juntos nas nossas libertinagens pelo cercado”

(REGO, 1980, p.42)

Pensar sobre a inserção da lógica patriarcal na organização da família brasileira, destacando os aspectos mais comuns dessa conflituosa relação, sobretudo aqueles que impõem a mulher uma condição de subalternidade social, algo potencializado pela ampla anuência do estado que permanece omitindo os estratos de abusos e violações aos

direitos das mulheres, significa fazer uma revisão ontológica da dinâmica social que tem caracterizado os mais diversos arranjos familiares do nosso tempo.

O pensamento tecnoburocrático da contemporaneidade, acreditando poder prever o futuro com base em análises de superfície do presente, parece comprometido com a rejeição do passado, intuindo que a política neoliberal e o individualismo darão conta de reorganizar, aos moldes de um suposto senso de liberdade, todo contexto que envolve a família e sua interação com a sociedade. Dessa forma, as discussões entabuladas pelos grandes pesquisadores da área, sobretudo os clássicos que iniciaram seus trabalhos de pesquisa ainda nas primeiras décadas do século passado, acabam sofrendo um desprestígio acadêmico que mais compromete do que faz avançar os estudos sobre a família brasileira.

A justaposição do patrimonialismo sobre o patriarcado, por diversas vezes ignorado, parece desconstruir a intrínseca relação instituída entre os estamentos do estado e a dinâmica organizativa da família. Nesse aspecto, autores como Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Caio Prado Junior, Octavio Ianni e Florestan Fernandes, contribuíram decisivamente para compreensão do embate de interesses diversos entre instituições normalizadoras e o desejo de emancipação dos indivíduos. Entretanto, neste trabalho dissertativo, para além do arsenal disponibilizado por todos esses autores, bem como os recursos da análise discursiva dos pós-estruturalistas franceses e americanos do século XX e da psicanálise, recorreremos, acima de tudo, ao extrato da literatura de ficção, tomando como ponto de partida, a análise crítica e os dramas vivenciados por suas personagens.

Seguindo o esteio dessa discussão, não podemos esquecer que esse estudo está geograficamente situado em um espaço e numa época específica, obviamente, buscando identificar resquícios de um passado não tão distante, nos padrões e nas normatizações que caracterizam a sociabilidade contemporânea, mais restritamente, no que infere sobre a conflituosa relação entre famílias e questões de gênero na região Nordeste do país.

Simbolicamente constituído em metáforas que o retrata como uma região marcada pela seca e pelo clientelismo político, o Nordeste, emoldurado pelo discurso regionalista que o identifica como instrumento ideológico dos interesses de uma elite gananciosa, guarda particularidades que são só suas, cicatrizes expostas, livres de qualquer “curativo” social, capaz de revelar as sequelas mais intrínsecas da formação social brasileira. Aliás, como diz (FREYRE, 1951, p. 37): “há mais de dois Nordestes e

não um, muito menos o Norte maciço e único de que se fala tanto no Sul com exagero de simplificação”.

O retorno aos clássicos da sociologia brasileira, bem como o aporte epistemológico das obras literárias de ficção, possibilitou uma compreensão do movimento histórico que os valores morais e a organização institucional em suas mais diversas formas de apropriação, fazem para delimitar, padrões de convivência e sociabilidade. As marcas do patriarcado e o modelo de organização política patrimonialista, quando não resistem aos avanços do liberalismo, são convenientemente reforçados por ele. As obras clássicas da literatura regional nordestina e o profícuo lastro sociológico construído no Brasil durante a primeira metade do século passado reforçam a tese da professora Neuma Aguiar (2000), quando constata que

o duplo enfoque analítico do público e do privado, do âmbito doméstico e do trabalho remunerado, pode explicar como o desenvolvimento da racionalidade societária no contexto do Estado ou das relações de trabalho capitalistas não resulta na superação do patriarcado. Formas particularistas continuam a rebaixar os salários femininos, a incluir as mulheres em um número restrito de ocupações e a negar-lhes acesso a funções de poder, apesar de importantes mudanças culturais (Aguiar, 2000, p.85).

Assim, diante dessa adversa realidade, notamos que, no Nordeste, as desigualdades de gênero sofrem um intenso reforço simbólico, pois vigora nesse espaço geográfico um ideário de masculinidade que se impõe como marca indelével da cultura e da própria identidade do lugar. Ser macho ou ser mulher significa, na maioria das vezes, um registro incorrigível da identidade de gênero. Existe por parte dos mecanismos de inserção simbólica, toda uma lógica que se apropria desses conceitos e os utiliza como projeto hegemônico de separação de classe e construção hierárquica. Mostrando assim como as estruturas do poder regulam, condicionam e reproduzem comportamentos de acordo aos seus interesses (BUTLER, 2018).

Talvez por isso, o aparato artístico da região é muitas vezes compreendido como um reforçador dessa ordem. Entretanto, analisando a questão a partir de outra perspectiva, entendemos que as obras do José Lins do Rego e da Rachel de Queiroz rechaçam essa objetificação moral, oferecendo ao leitor a possibilidade de compreender as contradições e a instabilidade que caracteriza todo processo de ajuste social. Seguindo a proposta de análise dessas obras, identificamos que o conceito de “região

Nordeste” não representa uma positividade espacial, mas, ao contrário, um produto sociocultural das disparidades geográficas no processo de desenvolvimento capitalista (FILHO, 2001).

Em seu clássico “Formação do Brasil Contemporâneo”, Caio Prado Junior afirma que o patriarcalismo foi à unidade econômica, social, administrativa, e até de certa forma religiosa da sociedade brasileira (JUNIOR, 1997). O autor analisa com muita acuidade o processo de desenvolvimento e de afirmação do patriarcalismo nacional, fazendo uma série de contextualizações históricas que torna suas constatações praticamente irrefutáveis. Na sua arqueologia do patriarcado, conclui o autor:

Poderíamos retrair a origem remota dessa unidade singular de nossa estrutura social as suas raízes portuguesas, e ir buscá-la tanto na organização e nas sólidas relações de família do Reino, como no paternalismo da constituição da monarquia. Mas não é preciso ir tão longe, porque sobrelevam, e de muito, causas mais próximas: as circunstâncias do meio brasileiro. Se o patriarcalismo se encontra em germe nas instituições portuguesas, questão que prefiro deixar aberta, o que realmente determinou sua esplêndida floração no Brasil é o meio local em que se constitui. O clã patriarcal, na forma em que se apresenta, é algo de específico da nossa organização. É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza colonial” (JUNIOR, 1997, p. 287).

Dessa forma, podemos entender que a concentração de renda, determina, para Caio Prado Junior, não apenas a estrutura do patriarcado, mas, sobretudo, o seu surgimento e a sua manutenção em território brasileiro. Ainda no livro citado acima, o referido autor aponta a opressão moral praticada pelos grandes proprietários de terra para resguardar a hegemonia simbólica que lhes confere riqueza, privilégios e autoridade.

Nesse contexto, a figura masculina se destaca balizada por princípios religiosos e uma gama de parâmetros históricos que ainda hoje se encontram solidificados em nossa cultura. Obviamente que a religião sempre foi útil para legitimar ou justificar modelos de organização social, bem como o engendramento político-institucional e os mais diversos mecanismos de informação instituídos pelas oligarquias. Tudo isso arregimenta as especificidades do patriarcalismo brasileiro analisado por Caio Prado Junior, observando que “os grandes proprietários rurais formavam uma classe à parte e

privilegiada. Cercava-os o respeito e o prestígio, o reconhecimento universal da posição que ocupavam” (JUNIOR, 1997, p. 289).

Em acordo com o que foi exposto até o presente momento, Sérgio Buarque de Holanda, afirma que “nos domínios rurais, a autoridade dos proprietários de terra não sofria replica. Tudo se fazia consoante a sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica”. A família, totalmente submetida aos padrões definidos pelo patriarca, encontrava-se na posição de provedora de uma ordem verticalizada, fechada e extremante impassível a qualquer proposta de revisionismo. Estava facultada a reprimir toda forma de ativismo revolucionário. Ancorada pela igreja que era a responsável pela certificação de sua identidade, a família brasileira, assim como disse Sérgio Buarque, encontrava-se “estritamente vinculada à ideia de escravidão” (HOLANDA, 2001, p. 80).

“Menino de Engenho” e “O Quinze” são obras elaboradas sobre esse contexto de enrijecimento moral das nossas instituições, seus autores, respectivamente, estavam submetidos a um modelo extremamente opressivo de sociedade, momento que difere dos dias atuais, por ainda não haver, naquela época, tantos movimentos de resistência ou muito menos o desenvolvimento de uma consciência coletiva acerca dos direitos e das novas possibilidades de compreensão da realidade. Embora as contradições fossem marcantes, talvez não menos que hoje, podemos afirmar que naquele estágio a sociedade brasileira ainda estava instrumentalizando seu discurso e organizando seus métodos de ação reativa.

O movimento de escritores que surgiu no Nordeste a partir da década de 30 do século XX, talvez tenha representado um tipo de “rito de passagem” que marcou profundamente o desenvolvimento da consciência nacional. Naquele momento o Brasil começava a se perceber em toda sua dimensão geográfica e simbólica. Cicatrizes sociais, anteriormente tratadas como epifanias, ou sujeitadas aos interesses escusos da política, tomaram de assalto às páginas de livros dotados de uma linguagem tanto dura quanto refinada. Tínhamos, pela primeira vez no país, uma literatura engajada, mas totalmente avessa a qualquer forma de partidarismo. Um coletivo homogêneo do ponto de vista da origem, mas heterogêneo em suas formas de percepção e apropriação da realidade. Como afirma Antonio Candido (2006),

*A literatura, porém, é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um*

lugar e de um momento, para chegar a uma “comunicação” (CANDIDO, 2006, p. 146).

Em “Nordeste”, publicado pela primeira vez em 1937, Gilberto Freyre elabora aquilo que ele denominou de “ecologia social”. Refletindo estritamente sobre a região Nordeste, conclui que a síntese da personalidade humana precisa ser considerada a partir de suas relações com o meio, com a terra, com as instituições, com a história natural e social de seu contexto (Freyre, 1951). Tudo isso irá fomentar, segundo o autor em questão, o caráter muitas vezes controverso e autoritário do homem do sertão, gerando, em sua conduta social, comportamentos contraditórios e estigmatizantes. Se não, vejamos:

A monocultura latifundiária e escravocrata e, ainda, monossexual – o homem nobre, dono de engenho, gozando quase sozinho os benefícios de domínio sobre a terra e sobre os escravos – deu ao perfil da região o que ele apresenta de aquilino, de aristocrático, de cavalheiresco, embora um aristocratismo, em certos pontos, mórbido, e um cavalheirismo às vezes sádico (FREYRE, 1951, p. 12).

Rachel de Queiroz e José Lins do Rego inseriram seus personagens nesse contexto de contrastes sociais e problematizaram os valores que o patriarcado utilizava para manter-se como única referência possível de modelo social. Os protagonistas dos seus livros de estreia, um homem, no caso de “Menino de Engenho” e uma mulher, em o “O quinze”, refutaram a todo o momento o discurso normalizador do patriarcado. Sem pafletarismo, esses autores questionaram a lógica vigente com muita sofisticação. Nos gestos mais simples, nos sonhos, nos devaneios e nas lágrimas de seus personagens, se materializa, na maioria das vezes, a contestação mais incisiva. Tais artifícios exigem muita astúcia do leitor. Os mais perspicazes, conseguirão entender que:

A função histórica ou social de uma obra depende de sua estrutura literária. E que repousa sobre a organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que foi escrita. Devemos levar em conta, pois, um nível de realidade e um nível de elaboração da realidade; e também a diferença de perspectiva dos contemporâneos da obra, inclusive o próprio autor, e a posteridade que ela suscita, determinando variações históricas de função numa estrutura que permanece esteticamente invariável. Em face da ordem formal que o autor estabeleceu para sua matéria, as circunstâncias vão propiciando maneiras diferentes de interpretar, que constituem o destino da obra no tempo (CANDIDO, 2006, p. 177).

Em seu livro “O fim do Nordeste e outros mitos”, Michel Zaidan Filho reflete sobre as implicações sociopolíticas que algumas produções discursivas exercem sobre a “identidade” do povo nordestino. Quando Gilberto Freyre fala de “brasilidade nordestina”, a Rachel de Queiroz descreve o “homem telúrico” ou mesmo quando José Lins do Rego relata a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, sem esquecer-se do “sertão medieval” do Ariano Suassuna (Filho, 2001), temos aquilo que Michel Pêcheux entende como “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 2008, p.43).

O Nordeste, tipo de “ato falho” no discurso sociológico brasileiro, a partir da década de 30 do século XX, mais precisamente com a publicação de “O quinze” e “Menino de Engenho”, inicia a elaboração dos traumas impressos em sua identidade pelos abusos do patriarcado e pelo sistema de opressão moral e social que ainda hoje o caracteriza. É importante ressaltar que José Lins e Rachel de Queiroz produziram uma obra totalmente desvinculada de qualquer aparato ideologizante. Em seus textos, tanto quanto em seus posicionamentos intelectual e político, é possível identificar um forte sentimento de autonomia frente ao modismo–militante daquele período. Sobre a hegemonia ideológica e produção de discurso, a postura dos autores supracitados parece estar perfeitamente alinhada ao que Roland Barthes conclui acerca dessa dinâmica.

Diz-se corretamente: “ideologia dominante”. Essa expressão é incongruente. Pois a ideologia é o quê? É precisamente a *ideia enquanto ela domina*: a ideologia só pode ser dominante. Tanto é justo falar de “ideologia da classe dominante” porque existe efetivamente uma classe dominada, quanto é inconsequente falar de “ideologia dominante”, porque não há ideologia dominada: do lado dos “dominados” não há nada, nenhuma ideologia, senão precisamente – e é o último grau da alienação - a ideologia que eles são obrigados (para simbolizar, logo para viver) a tomar de empréstimo à classe que os domina. A luta social não se pode reduzir à luta de duas ideologias rivais: é a subversão de toda ideologia que está em causa (BARTHES, 2004, p. 41).

Partindo desse princípio, o patriarcado não foi uma ideologia dominante, mas um sistema de organização social único e incorrigível do ponto de vista das classes subalternas. Mas com a revolução ocorrida na década de 30, no século passado,

sobretudo no Nordeste, a elite patrimonialista sofreu profundas alterações em seus estamentos de poder. O “latifúndio simbólico” (FILHO, 2001), começou a ruir e o desenvolvimento de uma consciência política mais genuína, pautada na defesa de uma identidade regional e na luta pela promoção de direitos sociais até então relegados à indiferença, provocou alguns cismas na estrutura administrativa do país e elevou o Nordeste a condição de vanguarda no que diz respeito à elaboração de um discurso reivindicativo.

Nesse momento o poder das oligarquias foi colocado em xeque. José Lins do Rego, pertencente a uma família de grandes latifundiários, sentiu na pele essa transição e a utilizou como matéria prima central do seu livro de estreia. Rachel de Queiroz, não tão abastarda, mas muito distante das graves dificuldades enfrentadas pela camada mais pobre da população, também fez de seu primeiro livro um relato altamente sincero do flagelo social e do desmoronamento do patriarcado. Obviamente que estamos falando de um modelo de patriarcado tradicionalista, centrado na posse da terra e nas relações de poder que eram estabelecidas entre donatários e a política institucional. Mas adiante abordaremos a nova feição do patriarcado e suas injunções sobre a realidade social brasileira.

É evidente que, hoje em dia, já não conseguimos enxergar com clareza as dicotomias que definem a relação entre homens e mulheres. No atual contexto, visualizamos a expansão do universo feminino, bem como o profundo revisionismo promovido sobre o papel do homem frente essas mudanças. A mulher, diferentemente de outrora, exige seu protagonismo no debate e participa ativamente na construção das pautas de discussão social. A efemeridade que caracteriza os valores morais na contemporaneidade (BAUMAN, 2010), as lutas e embates que garantem a instabilidade necessária para a problematização de conceitos (BUTLER, 2018), refletem o resultado de inquietações que não são de hoje ou de ontem, mas de muito tempo atrás.

Hoje em dia o patriarcado se apresenta sobre diferentes configurações. Seus ardorosos defensores atuam nos mais diversificados seguimentos da sociedade manipulando dados e relativizando toda forma de opressão. Trata-se de um movimento dialético. A equação social, aparentemente mais complexa, pode ser facilmente decodificada quando olhamos para o passado e percebemos que os instrumentos utilizados parecem os mesmo, talvez os métodos tenham mudado, mas nada que impossibilite uma relação de causa e efeito entre os envolvidos. Seja na família, seja no



estado, o patriarcado não consegue se desvencilhar do seu anacronismo. Embora não haja um consenso sobre a permanência ou não do modelo patriarcal na sociedade contemporânea, defendemos a ideia que as evidências não deixam dúvidas acerca de sua persistência.

Como negar a heteronormatividade dos elementos estruturantes da sociedade brasileira? O melancólico ocaso político e econômico do país já denuncia uma opressiva supremacia masculina em todos seus estágios. O próprio caráter ecumênico do nosso processo eleitoral, quando analisamos o direcionamento moral das discussões e das propostas apresentadas, logo se percebe o quanto à mulher é utilizada como aforismo discursivo para sedimentar alguns posicionamentos que querem se passar por democráticos.

Entre os distintos espaços que o patriarcado se expressa, talvez seja na seara política e no amago da família, onde ele é mais evidente. Seu alcance parece ampliar cada vez que seu potencial de conversão é subestimado. Modelando as relações de gênero, validando normas de conduta, notamos que seu poder passa por um processo de reatualização, algo que ainda precisa ser problematizado pelos atuais pesquisadores da temática.

É evidente que não foi por acaso que as questões de gênero se transformaram em objeto de luta política e social no Brasil nos últimos anos. Compreender como o patriarcado se insere nesse debate e o seu papel no sistema capitalista, reproduzindo lógicas hierárquicas de dominação simbólica, representará um significativo avanço para aqueles que estão submetidos aos padrões limitadores da ordem hegemônica. É preciso que os atores sociais, subordinados, reconheçam na inferiorização social uma injustiça historicamente construída, tomando a ordem social como objeto de questionamento, reflexão e interpelação (PRADO E MACHADO, 2008).

Mas defendemos a tese que esse movimento teórico-político precisa levar em consideração todo processo de elaboração histórica do patriarcado. Entendê-lo como um conceito a-histórico ou desvinculado de suas raízes do passado, significa rejeitar todo legado de sofrimento e desigualdade que o caracteriza enquanto sistema de dominação. “A maior ilusão é crermos conhecer o presente só porque vivemos nele” (MORIN, 2010, p. 13). Existe uma retroatividade no tempo que vincula os momentos históricos. É importante entendermos que o patriarcado nunca atuou de maneira isolada. As noções

de hierarquia representam interesses diversos, e por conta disso, nunca são tão óbvias. Sobre as táticas de camuflagem social do patriarcado, vale ressaltar que,

Falar de um sistema de dominação, numa sociedade que se define com os parâmetros de democracia e liberdade é no mínimo contraditório. No entanto, estes elementos se fundamentam na contradição que é a base constitutiva dessa sociedade como a relação entre capital e trabalho, inerentes à sociedade capitalista, mas escamoteadas sobre diversas faces no interior da mesma. Portanto, busca-se mascarar as contradições existentes na sociedade, por intermédio do processo de naturalização (ALMEIDA, 2010, p. 23).

Nesse sentido, a literatura de ficção é um instrumento de análise extremamente valioso, manipulando os convencionalismos da realidade, sem comprometer a eficácia dos seus métodos de atuação, a arte literária ultrapassa todas as barreiras impostas pelo registro factual. O manejo da narrativa, assim como a disposição histórica e espacial de suas personagens, não segue uma lógica pré-definida por algum contexto. Na maioria das vezes, a literatura radicaliza com a linearidade histórica e assumi, ela mesma, novas perspectivas de realidade. Assim, enquanto pesquisador, temos a possibilidade de acessar níveis de interpretação que transcende a etnografia dos fatos. Quando a Rachel de Queiroz e o José Lins do Rego abordam o patriarcado e sua influência na vida das personagens, eles nos oferecem outra dimensão da realidade, algo que seria impossível de acessar através do contato empírico.

As lutas contra o papel secundário ocupado pela mulher na dinâmica social e que tem como objetivo único sua exclusão do espaço público, ainda são necessárias e vem se fortalecendo na medida em que a ciência social segue desmistificando estigmas e desnaturalizando conceitos que ainda resistem em diversos espaços de confluência. Mas é preciso compreender que a manutenção das relações patriarcais e suas manifestações na família brasileira, estão intrinsecamente vinculadas a um ideário de dominação cultural que nos remete ao passado. O movimento de reprodução das práticas de opressão do início do século XX acumula novos adeptos e diferentes formas de atuação.

Perceber que “A dialética não caminha sobre os pés nem sobre a cabeça; ela gira, pois é antes de tudo jogo de inter-retro-ações, isto é, elo em perpétuo movimento” (MORIN, 2010, p. 15), nos fará entender que a legitimação das condições de subordinação impressas pelo patriarcado e, sobretudo, seus esquemas de afirmação sedimentados pelo discurso da família, mesmo diante das profundas alterações sofridas

em sua estrutura, reporta aos mesmos valores que vigoravam no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Os fundamentos e os modos de manutenção das relações patriarcais não divergem em seus objetivos, mas apenas em sua estrutura.

## MENINO DE ENGENHO E A ENGENHARIA DA FAMÍLIA.

“O fogo ganhava o canavial com uma violência danada. As folhas da cana estalavam como tabocas queimando. Parecia tiroteio de verdade”.

(REGO, 1980, p. 62)

O impacto da primeira página de “Menino de Engenho” não é algo fácil de descrever. De dentro de seu quarto, o protagonista, ainda com quatro anos de idade, desperta do seu sono habitual após uma gritaria que havia tomado conta da casa. Ao se dirigir a sala, encontra o corpo ensanguentado da mãe exposto no chão e o seu pai, em gestos tresloucados, chorando e gritando sobre o cadáver. Em meio a familiares e curiosos, escuta que “O doutor matou D. Clarice!” (REGO, 1980, p. 3). Logo, entende que seu próprio pai havia assassinado sua mãe.

Pouco tempo depois, ouvia os criados narrarem o fato que fora estampado nas manchetes dos jornais. Ele parecia não se interessar mais. Na verdade, não conseguia absorver a força daquele trauma, preferia brincar com os outros moleques da vizinhança. Era uma forma quase natural de sublimar a intensidade daquela experiência. A mãe morta, o pai preso e a solidez de um forte sentimento de abandono o impedia de fazer qualquer tipo de racionalização.

Nas paginas seguintes, segue a impiedosa narrativa do “esfacelamento” do núcleo familiar de Carlinhos. Com a morte da mãe e a reclusão do pai em um hospital psiquiátrico, lugar aonde, pouco tempo depois, vem a falecer, o menino acaba ficando preso às memórias dos dias de felicidade que viveu com sua família. Através de sua narrativa, temos acesso ao perfil amoroso e, por vezes, violento de seu pai. Da meiguice e dos carinhos da mãe. Dos mementos de paixão intensa que ele presenciava entre os dois. Por alguns instantes, Calinhos é dor e memória.

Mas família, também é movimento. Em suas interseções, contextos se reconfiguram, novos sentidos são erigidos, estruturas se renovam. Carlinhos é levado para viver no engenho do avô materno. Lá se defronta com a expansão do seu universo. À medida que o tempo passa, faz descobertas que ressignifica seu ser, problematiza seu *status* no mundo. Nesse sentido a família apresenta-se como um lugar de construção da subjetividade, um lugar afeito aos conflitos e as contradições que são estabelecidas com

a realidade social. Valores morais e éticos se acotovelam entre si. Nada parece claro ou impune ao crivo do desejo.

Ao contrário do que afirma Jacques Leclercq em “A família” (1968), onde recorre a biologia para fundamentar seus estamentos normativos e cristãos, julgando a instituição familiar como normalizadora balizar do indivíduo, José Lins do Rego, nos mostra, através de suas personagens, que a função da família, mais do que institucional, é simbólica e intrusiva. No engenho do avô, ou melhor, na geografia do patriarcado, denotam-se conflitos que insurgem alheio a toda forma de opressão moral. O Coronel Cazuzza, senhor das terras e representação máxima do poder, tenta impor ao neto, órfão de pai e mãe, os princípios que julga pertinente para formação de sua personalidade. Algo que ele faz sem precisar dirigir uma palavra ao menino, pois como bem descreve (SAFFIOTI, 2015), o patriarcado não prescinde da presença do patriarca. As tias, tios e escravos, mesmo a religiosidade e o sistema educacional, acabam exercendo essa função.

Em meados do século XIX, mestres artesãos e artistas ingleses que viviam no nordeste brasileiro, enviavam correspondências para seus familiares afirmando que a impressão que tinham das casas-grandes de engenho era a mesma que lhes transmitiam as casas de campo da Inglaterra. Nas palavras de Gilberto Freyre: “moças tocando piano admiravelmente, doces finos à sobremesa e chá servido pelas senhoras”. Desde sempre a posição social da mulher fixada nos afazeres domésticos. Em outra passagem, o sociólogo pernambucano acentua: “... e as iaiás, deu lazer para a música, para as rendas e para os doces finos de sobremesa” (FREYRE, 1951, p. 50). Perspectiva que vigora no contexto social narrado em “Menino de Engenho”, mas que não inviabiliza o contra discurso que reivindica, por parte de alguns personagens, a insurgência de novos estamentos.

Mas o patriarcado resiste, praticamente não admite exceções e metaforizava suas leis e normas em ações que evidenciam todo seu poder. Dona Judite, responsável pela alfabetização de Carlinhos, apanhava cotidianamente do seu marido, mesmo na presença do aluno. Já com o outro professor, onde avançava nos estudos dividindo o espaço com vários garotos humildes da fazenda, Carlinhos percebia que era tratado de maneira diferente, mimado e cortejado, justamente por ser neto do Coronel Zé Paulino. Não recebia broncas, castigos ou nenhuma outra forma de punição. O outro mestre, esse mais informal, o Zé Guedes, responsável por levar e trazer Carlinhos da escola,

aproveitava o percurso para educá-lo em outras searas. Nas palavras do próprio protagonista,

“o outro mestre que eu tive foi o Zé Guedes, meu professor de muita coisa ruim. Levava-me e trazia-me da escola todos os dias. E na meia hora que ficava com ele, de ida e volta, aprendi coisas mais fáceis de aprender que tabuada e as letras. Contava-me tudo que era história de amor, sua e de outros” (REGO, 1980, p. 25).

Fica evidente que, “mesmo tomados em sua variedade, os discursos constituem modalidades de linguagem falocêntrica (BUTLER, 2018, p. 33). Percebe-se nitidamente o lugar que é destinado à mulher e como as questões de gênero, circunscrita a uma polaridade que submete toda ordem feminina ao regimento da masculinidade, fica impedida de avançar. Em “Menino de Engenho”, José Lins do Rego nos propicia o contato com uma realidade situada em outro momento histórico, mas que encontra, além de eco, subsídios reguladores nos dias atuais. Em outra passagem do livro, Zé Guedes e Carlinhos, continuam dialogando: “- Aquela ali já foi passada. Quem manda nela é o Dr. Juca. E eu ia sabendo que o meu Tio Juca tinha mulatas em quem mandava” (REGO, 1980, p. 26).

Como constata Bourdieu, “... é claro que o eterno, na história, não pode ser senão produto de um trabalho histórico de eternização” (BOURDIEU, 2014, p. 100). O processo de afirmação do regime heteronormativo e de manutenção dos espectros do patriarcado, não estão dissociados dos símbolos que imperam no cotidiano e erguem significantes que ultrapassam o sentido próprio do significado. “Tínhamos as nossas cabras e as nossas vacas para encontros de lubricidade. A promiscuidade selvagem do curral arrastava a nossa infância às experiências de prazeres que não tínhamos idade de gozar” (REGO, 1980, p. 26). Explicitamente, sobre a anuência do poder hegemônico da masculinidade, assistimos o construto imperativo dos padrões que nos configura enquanto sociedade.

Não há como desprezar o alcance da cultura e dos processos de socialização que transcendem a compreensão biologizante. A literatura com seus sofisticados artifícios de metalinguagem e a exploração simbólica que faz da realidade, traduz em imagens e sentidos a angústia dos oprimidos e o anacronismo que sedimenta um sistema ideologicamente fechado. Assim, percebemos que “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (PÊCHEUX, 2008, p. 29).

Logo, podemos arguir que manter uma posição de passividade frente aos fatos, implica em manter-se alheio a história, assumir uma posição que não faz jus a função última da razão.

Não obstante, “em primeiro lugar, devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas” (BUTLER, 2018, p. 40). O próprio José Lins do Rego teve que arcar com todas as despesas da publicação de “Menino de engenho”, seu livro de estreia, depois de ter sido rejeitado por inúmeras editoras. Quatro anos antes, José Américo já havia *espantado* a nação com a publicação do clássico “A bagaceira” e dois anos depois, Rachel de Queiroz, com “O Quinze”. Será que a indústria editorial estava vislumbrando um projeto de reinterpretação do Brasil desconectada da perspectiva sulista, essa, unicamente focada nos exotismos climáticos do nordeste?

José Lins do Rego sempre explorou as estruturas das relações de poder a partir do escrutínio da ambivalência moral e do confronto ideológico que caracteriza as relações institucionais. É fácil identificar em todos seus personagens a inconformidade com os mecanismos de regulação comportamental. Mesmo os que estão na posição do opressor, sofrem, passivamente, diante do arcaísmo ético que atua de maneira independente e indiferenciada. Nessa perspectiva, recorremos, mais uma vez, a Judith Butler, quando problematiza que,

o fato de os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida – como se isso fosse possível. E se a repetição está fadada a persistir como mecanismo de reprodução cultural das identidades, daí emerge a questão crucial: que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade? (BUTLER, 2018, p. 67).

Notadamente, essa é uma questão de difícil resposta. A sociedade parece alicerçada em valores que se fortalecem, cotidianamente, nos estratos postos em evidência pela grande mídia e que tentam dirimir toda forma de reflexão que almeje qualquer tipo de contestação simbólica. O passado, erigido à condição de bastião da moralidade, atua como fonte inquestionável de prudência, espirituosidade e ordem. Nossas instituições, subjugadas aos interesses do mercado, ajustam as circunstâncias em favor de seus interesses e limita todos os espaços de confluência. Nessa situação, pensar em formas de sublevação moral ou desregularização dos sistemas reguladores das

identidades sociais, antagoniza com os princípios que legitima os marcadores da sociabilidade.

Mas como afirma Zygmunt Bauman: “o que estamos aprendendo, e aprendendo duramente, é que a moralidade pessoal é que torna a negociação ética e o consenso possíveis, e não vice-versa” (BAUMAN, 1997, p. 43). Talvez aí esteja uma possibilidade de resposta à indagação feita acima pela Judith Butler e que tanto nos interessa. É claro que o bom senso pessoal não anula todos os obstáculos de uma profunda ressignificação ética, mas, impõe ao sistema opressor, arestas dialógicas que podem abrir caminho para novas formas de reinterpretação, expandindo a consciência coletiva no sentido de acolher, com menos animosidade, a diversidade que sustenta toda polifonia de vozes e sentidos da natureza humana.

À distância no tempo e no espaço que nos permite olhar com mais acuidade para as narrativas nordestinas das primeiras décadas do século passado, não nega os aspectos em comum que nos conecta, diretamente, com as angustias sociais daquele período. As razões das dissonâncias e os aportes de regulação, para além da similaridade, preserva uma unicidade ontológica que parece resistir aos aforismos da tecnologia e ao neoliberalismo avançado. A mulher, a criança e o homem, ainda resguardam posições sociais que não as distanciam muito de 1930. Talvez por nos prendermos demasiadamente aos penduricários da pós-modernidade-tardia, fingimos, certamente por puro ressentimento, diante do nosso atraso e anacronismo evidente, que vivemos em outra época, distinta do passado que, teoricamente, representaria apenas uma fase de um nítido processo de desenvolvimento.

É esse o discurso que legitima o abandono dos clássicos. Estudos como o que propomos com essa dissertação, também faz parte desse contingenciamento acadêmico. Acredita-se que só utilizando os recursos da atualidade podemos atualizar o presente e revisar o passado. Mas como afirma Émile Durkheim: “a medida que as sociedades se tornam maiores, os laços que predem as pessoas entre si deixam de ser pessoais” (DURKHEIM, 2016, p. 56). Na verdade, esses laços atravessam o tempo, imbricam indivíduos e instituições, preservam, muitas vezes, características endógenas, difíceis de serem alteradas. A atualidade dos romances do José Lins do Rego não está no fato dele ter escrito coisas que ainda suscitam algum sentido na ordem social, mas, simplesmente, no fato de ter sido um escritor, alguém que se propôs a pensar o lugar dos desejos e dos valores humanos em um dado momento.



Em “Menino de Engenho” a burocracia social é problematizada em suas mais diversas facetas, desde a religião, passando pela família e os papéis de gênero. No que diz respeito aos artefatos simbólicos da espiritualidade, denota-se certo afrouxamento no cumprimento das tarefas. No grande engenho do avô, para onde Carlinhos foi enviado após a morte dos pais, ninguém seguia os cultos com muito compromisso. Havia uma liberdade talvez propiciada pela necessidade de romper com mais uma forma de aliciamento dos costumes e o forçoso enquadramento dos desejos. Nas palavras de Carlinhos,

“a não ser a Tia Maria, que me ensinava o Padre-Nosso, ninguém ali me falava de catecismo. A religião que eu tinha, vinha ainda das conversas com a minha mãe. Sabia que Deus fizera o mundo, que havia céu e inferno, e que a gente sofre na terra por causa de uma maçã. Os moleques também não sabiam mais do que eu. Nas missas de festa que assistíamos, pouco víamos o padre no altar. Andávamos pelos botequins no capilé, ou tirando a sorte de papezinhos enrolados” (REGO, 1980, p. 30).

E assim, com muita malícia e realismo, fazendo da palavra um poderoso instrumento de constatação e denuncia das idiossincrasias humanas, dando ao conceito de hipocrisia, aparentemente tão evidente, uma conotação quase poética, José Lins comunga com o já citado sociólogo francês quando este estabelece que: “do fato de os costumes sociais terem sua origem em práticas religiosas não resulta que, em última análise, os sentimentos morais derivem apenas de sentimentos religiosos” (DURKHEIM, 2016, p. 54). Em suma, fica claro que no processo de formação moral de uma dada sociedade, mesmo em clássicos de caráter mais conservador, como é o caso de Durkheim, a cultura exerce um papel preponderante, nada se estabelece alheio à sociabilidade, aos cruzamentos simbólicos que perpassam instituições, tradições, espaços geográficos e indivíduos.

A religião não deixa de se responsabilizar pela autenticação do certo e do errado. Não se exime diante dos embates que ameaçam reconfigurar as estruturas sociais que secularmente ajudou a erguer, mas não consegue anular a consciência humana de suas pretensões ou muito menos a revelia dos desejos que se impõe instintivamente. Em “Menino de Engenho”, a despeito de qualquer forma de persuasão ética ou mesmo burocrática, flagramos inúmeras cenas onde a libido e os impulsos sexuais

desestabilizam o pragmatismo do patriarcado e inauguram novos espaços de realização pessoal. Tudo isso nos faz pensar que “... não há necessidade de existir um “agente por trás do ato”, mas que o “agente” é diversamente construído no e através do ato” (BUTLER, 2018, p. 245).

Como afirma Carlinhos: “Deus fizera o mundo somente. Era distante dos nossos medos...” (REGO, 1980, p. 37). Logo, a família ocupava o lugar da grande protetora, assumia todas as responsabilidades sobre a formação e condução do sujeito. No livro de estreia do José Lins, algo que não diverge muito dos seus futuros trabalhos, a família é muito mais que uma moldura narrativa, espaço de confluências por onde os protagonistas transitam e exercem seus papéis. Em sua obra, e mais particularmente em “Menino de Engenho”, a família é um tipo de personagem imperativa, dotada de uma autonomia sobre os sujeitos que a faz agir sobre suas consciências mesmo quando esses estão fora do ambiente doméstico. A família e seu discurso atravessam o tempo e o espaço, induz o curso das ações e rebela-se com gravidade toda vez que é contrariada.

Mas mesmo diante dessa inflexibilidade, não devemos esquecer que “toda estrutura está em permanente transformação, e o conceito de transformação inclui a noção de tempo. Não há nada que esteja absolutamente fixo; é preciso, portanto, considerar sempre os dois aspectos” (RIVIÈRE, 2007, p. 103). Assim, cabe indagar: quais são os valores e as convenções que capacitam as pessoas a viverem em sociedade, a comunicarem-se entre si e geralmente a comportarem-se como se comportam? Talvez exista mais de dois aspectos. Talvez não saibamos, mesmo hoje, situarmo-nos diante de tantas possibilidades. Mas a família persiste no seu lugar? O fato é que o analista social não deve se preocupar com os eventos em si, mas com eventos dotados de significado. É imprescindível o esforço para identificar os sentidos que nos vincula ao passado, algo que reside no significado último de nossas ações.

É interessante notar que a família de Carlinhos, protagonista da obra em análise, ainda que situada em uma época relativamente distante, preserva muitas características em comum com os arranjos da contemporaneidade. A estrutura, aparentemente mais estreita em sua dimensão simbólica, considerando certa rigidez acentuada na posição de cada personagem, não diverge em quase nada dos enquadramentos dos nossos dias. Se a função materna ou paterna assumiram configurações diversas, isso não implica numa desconstrução de suas prerrogativas basilares. Mesmo a casa e os outros espaços de com ela interagem categoricamente, ainda resistem em suas regulações patriarcais.

Isso nos faz compreender que o estudo de uma obra literária que toma a família tanto como personagem quanto cenário de uma dada realidade, mais do que aparato científico, se traduz em desvelamento das nuances subjetivas que interpelam nosso comportamento e configuram o estrato social que acessamos através da nossa curiosidade, seja ela científica ou casual. No que tange o interesse com esse trabalho, fica evidente que a família, para além dos conceitos e estáticas, continua a reproduzir ideias e valores que nos remete a um passado distante, impossível de ser apreendido em toda sua dimensão, mas acessível em aspectos relevantes e progressivos.

A obra literária, enquanto significante que atravessa o tempo histórico, nos surpreende ao focar, simultaneamente, estados de consciência e aspectos concretos do mundo em torno. Esse sofisticado artifício nos permite compreender com mais clareza e exatidão, não apenas os efeitos do todo sobre as partes, mas, acima de tudo, o interior fragmentado da consciência de suas personagens e a reverberação dessas conexões com a realidade objetiva.

A família de Carlinhos e todos os agregados que também dividem o espaço doméstico da Casa Grande, representam muito mais que um conjunto de atores sobre o holofote da criatividade do autor, são arquétipos atemporais de um modelo de sociedade ainda vigente, mas representada sobre outro figurino.

Os constantes casos de violência doméstica e o embate cada vez mais conflitivo entre famílias, as questões de gênero e toda dinâmica que envolve a sociabilidade contemporânea, tem raízes muito bem fincadas no patriarcado atualizado, mas não disperso do seu senso de controle. Heleieth Saffioti argumenta que “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (SAFFIOTI, 2015, p. 51). Entretanto, podemos assegurar que não se restringe a isso. No universo do trabalho e das demais relações simbólicas, mesmo na enunciação da linguagem, o patriarcado surge como centro de toda ontologia.

Dessa forma, pensar no imbricamento entre famílias e as questões gênero, alinha-se aos recursos diversos que incidem sobre as vidas dos sujeitos em análise. Em “Menino de Engenho”, não temos como desprezar a lógica heteronormativa que tangencia toda forma de relação que se estabelece entre sujeito, instituições e a tradição. O engenho, enquanto espaço geográfico, seus bichos, plantas, moinhos e tudo mais que o materializa enquanto conceito organizacional, reflete, sistematicamente, o ideário da

masculinidade como princípio ontológico e léxico epistemológico de toda estrutura social. É nesse contexto que a família situa-se no livro em questão e assume seu protagonismo narrativo. As variâncias não supõem a supressão do patriarcado, muito menos o trânsito de suas personagens.

Evidentemente, notamos que “a diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição” (SAFFIOTI, 2015, p. 57). Essa estrutura político-social, referendada em comportamentos e valores que dinamizam a potência opressora do patriarcado, suas leis e códigos de honra, retém em clausura silenciosa as mulheres e os demais atores afeitos a subversão dessa dinâmica. A família, suprimida em seu potencial constitutivo, agenciador de laços e fortalecedor de vínculos, permanece estabilizada sobre o regimento estrito do universo da masculinidade, limitando-se aos aspectos mais simplórios de sua simbologia. No que concerne os avanços acumulados ao longo dos anos, pensando no espaço de tempo que separa a clássica narrativa do José Lins e os dias atuais, não identificamos razões que justifique a descaracterização conceitual do patriarcado ou muito menos o seu abandono enquanto estrutura significativa.

Também não desprezamos os estudos contemporâneos quando apontam que: “Vivemos uma época como nenhuma outra, em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes inter-ferências externas” (SARTI, 2000, p.75), entretanto, percebe-se com muita nitidez, seja nas estruturas simbólicas da grande mídia ou mesmo numa despreziosa análise da conduta social, sem falar do aporte que cotidianamente nos é oferecido por instituições basilares, como é o caso da igreja, do estado e da escola, suficientes e insuspeitáveis provas da vivacidade do patriarcado entre nós. “Menino de Engenho” não é o documento de uma época distante sobre a qual podemos angariar algumas analogias, mas um instrumento sofisticado de compreensão da lógica que sustenta os estamentos da família contemporânea.

Não é de estranhar que em “Menino de Engenho” a mulher viva restrita ao ambiente doméstico e praticamente anulada dos espaços de decisão. A educação e o universo profissional eram searas que competiam, ocasionalmente, aquelas senhoras mais avançadas, dispostas a enfrentar o radicalismo violento que as perseguia toda vez que tentavam romper as correntes da moral vigente. A cozinha, desde aquela época, já mantinha relações intrínsecas com o universo feminino. O silêncio e a postura recatada,

também eram lugares onde a exclusão se manifestava e sedimentava a ordem. Notoriamente, “as sexualidades sempre participaram da estruturação das hierarquias sociais, fazendo parte do debate público” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 7), produzindo assim, formas subalternas de cidadania.

É justo pensar na revolução industrial, nos impactos dos adventos tecnológicos e na pílula anticoncepcional, como acontecimentos sociais que reconfiguraram as relações entre a família e as questões de gênero, mas negar a inferiorização social vivenciada pelas mulheres, tanto do ponto de vista público quanto político, algo que confere as mais tímidas conquistas um status de fatos revolucionários, não implica em contestação efetiva. A segregação, como mecanismo social e psicológico, sustenta e é sustentáculo de formas múltiplas de criminalização, classificação social e hierarquização das experiências da diversidade.

Não obstante, também temos como aspecto refratário, toda uma estrutura social que confere as camadas menos privilegiadas sobre o ponto de vista econômico, uma condição de indignidade que implica no fortalecimento dos laços de dependência para com seus senhores. Analisando a estrutura social do engenho do avô, Carlinhos nos relata em voz baixa.

“Resta ainda a senzala dos tempos do cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a “rua”, como elas chamavam a senzala. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo a servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos” (REGO, 1980, p. 41).

Diante dessa passagem, impossível não pensar nos quartinhos dos fundos onde, comumente, as “empregadas domésticas”, dormem hoje em dia. Dos salários míseros, bem como da total flexibilização de seus direitos trabalhistas. Nos apartamentos assépticos que ocupam, também assumem o lugar de parceiras sexuais dos filhos de seus patrões, papel esse reproduzido e reforçado com muita fidedignidade pelas telenovelas, filmes e demais espaços simbólicos da mídia brasileira. Essa seria apenas a metáfora isolada de uma realidade adversa, caso não encontrássemos em

outros espaços de socialização, inúmeros outros fatos que reafirmam o lugar de subalternidade social destinado às mulheres, numa redefinição de valores que não atinge o cerne de sua estrutura.

No universo do trabalho, onde talvez os ideólogos conservadores identifiquem os avanços mais eminentes do feminismo, e, porque não dizer, certamente já suficientes ou, quiçá, em alguns aspectos, até exagerados, não precisamos fazer muito esforço para denotar que a realidade ainda preserva muita desigualdade e insegurança para as mulheres. Nos espaços da política institucional, centros acadêmicos, mesmo na hierarquia religiosa e, sobretudo, no campo simbólico da propaganda midiática, assistimos não a um conflito entre papéis de gênero, muito menos uma contestação dialética da clássica estrutura familiar. Diferentemente, independente das alterações circunstanciais que alimentam as esperanças dos movimentos mais progressistas da sociedade, percebemos, com muita nitidez, as raízes do patriarcado sedimentando as relações e dando fundamento aos discursos religiosos, políticos e científicos.

Nos quilombos urbanos dos dias atuais, salta aos olhos os múltiplos papéis que a mulher precisa desenvolver para sustentar seus lares, provendo, não raras vezes, a subsistência do próprio companheiro. Entretanto, essa realidade não anula sua condição de subgênero. Indiferente aos novos papéis que vêm desenvolvendo com o passar dos anos, mesmo diante da enorme carga de responsabilidade que muitas vezes anula sua autonomia social, temos, cotidianamente, o reforçamento de todo ideário machista que subverte a realidade objetiva e condiciona conceitos e novas práticas ao seu arcabouço ideológico. Os conceitos de família e gênero permanecem fincados onde sempre estiveram. As ditas “revoluções”, não entusiasмам.

Privada de seus imaculados referentes, a ideia de “revolução” foi banalizada: os redatores de comerciais usam e abusam dela, apresentando qualquer produto “novo e aperfeiçoado” como “revolucionário” [...]. Em meio a mudanças constantes e ubíquas, é difícil, talvez impossível, apreender corretamente a natureza “sublevacionista” até mesmo das transformações mais profundas, embora ininterruptas e incompletas. Menos possível ainda é planejar antecipadamente essas transformações e prever seu impacto sobre o estado da sociedade. Se uma sublevação genuína de fato ocorre, contudo, as experiências de vida que vão se sedimentar após a transformação decerto serão profundamente diferentes das que são lembradas do passado” (BAUMAN, 2008, p. 87).

Tomando como referência a arguição do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, não há como suprimir os pontos de convergência que vincula nosso atual contexto social ao período narrado por José Lins do Rego em “Menino de Engenho”. Assim como não foram superadas as estruturas de classe que estavam relacionadas aos estratos identificados no livro de estreia do José Lins e o tempo histórico que o antecedeu. Mais uma vez, Carlinhos evidencia nossas conclusões: “A senzala Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com as suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabras de eito” (REGO, 1980, p. 44).

Não pretendemos negar que os avanços alcançados com a fertilização *in vitro*, algo que redimensionou a forma de concepção da família para outro patamar, não tenha provocado mudanças efetivas na estrutura da sociedade. Muito menos desconsiderar as formas diversas de ressignificação simbólica operada pela inserção da mulher no mercado de trabalho e as mudanças que o próprio universo da masculinidade vem empreendendo com o advento de uma tomada de consciência cada vez mais aguda no que diz respeito aos novos papéis assumido pelos homens numa época de constantes mudanças. Mas, como diz a Cynthia A. Sarti 2000,

Sabemos que o mundo de significações humano não tem uma relação mecânica com as possibilidades materiais da existência, sendo mediado pelas “traduções” sociais, culturais e psíquicas dessas possibilidades, ou seja, dependem de como são incorporadas pela sociedade e internalizadas pelos sujeitos (SARTI, 2000, p. 33).

Partindo dessa premissa, podemos inferir que as alterações do mundo externo não significam, necessariamente, mudança de comportamento efetiva. Muitas vezes o que notamos são meras *trapaças* de conduta, formas de abertura que não implicam em adoção de nenhuma novidade. Essas artimanhas da dinâmica social são muito convenientes em momentos que alguns ensaios de sublevação se mostram mais regulares. A família preserva seu enquadre rígido, seus princípios dissonantes e suas normas reguladoras. A família parece fazer movimentos em sentidos diferentes, mas sempre com os mesmos objetivos. Voltando a Bauman (2008),

Numa multiplicidade de discontinuidades dispersas e aparentemente desconexas, são poucas e espaçadas as mudanças capazes de adquirir a visibilidade e o poder formativo de uma “sublevação”. Poucas se sustentam o bastante para sugerir uma ruptura *geracional* e fornecer matéria-prima para a

autoconstituição geracional e *auto-afirmação* efetiva (BAUMAN, 2008, p. 85).

Está claro que: “À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas” (ROUDINESCO, 2002, p. 7). Esse é o retorno constante que nunca deixa de ser feito. Independentemente de sua situação existencial e do contexto que esteja inserida, temos na família uma referência constante de imobilidade moral. É sempre um retorno pra dentro de si. Não como uma ação autocrítica ou de suspensão de seus valores, mas uma imersão para fins de reafirmação, nunca reflexiva, sobre hipótese alguma fronteira. A família tem seu lugar e o defende acima de todas as circunstâncias adversas. A família é a causa, o sentido e o destino. Não nos iludamos com sua retórica “complássica”.

Pensemos com Bourdieu: “Os “sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante, porque são estruturados” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Isso sintetiza parte significativa da compreensão que devemos desenvolver acerca da dinâmica de dominação da família. É como diz Lévi-Strauss: “Segundo penso, é absolutamente impossível conceber o significado sem a ordem” (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 156). Assim, a família também pode ser definida em termos de estrutura, símbolo e ordem. Não há nada de forçoso nesse sistema de organização. Onde identificar o fio condutor original dessa égide? Será essa a função de uma pesquisa de caráter sociológico? Talvez devêssemos estar mais interessados em ajudar a promover a autonomia do sujeito e a autonomia da família. A existência de um modelo pressupõe a possibilidade da existência de outros.

“– Hoje em dia está tudo virando camumbembe, dizia o meu avô. Este negócio de família já não é dote para moça casar” (REGO, 19820, p. 69). Deveras, usando a antiga e ainda usual expressão nordestina: “tá tudo virado”. Mas o que de fato mudou? Será que foi o que precisava mudar? E o que de fato precisava mudar? Questões sem resposta? Família era um conceito geralmente utilizado para definir o que não se reconhece. Hoje em dia, especialistas insistem em afirmar que há uma crise de identidade na família, discurso recorrente entre os veículos de comunicação. Não seria essa uma estratégia de camuflagem conceitual. Uma falsa crise, uma suposta fratura que não expõe ferida alguma?



Na família de Carlinhos, situada em uma época e numa região tida como primitivas, concepção comum entre os analistas mais otimistas da modernidade, já podíamos observar alguns movimentos em prol de uma revisão moral ou mesmo em defesa de uma maior liberdade. Mas nem por isso podemos arguir que essas tentativas lograram êxito, sobretudo quando notamos que classes e estigmas compuseram uma rede de sinônimos perversa, imune a toda forma de contra-discurso. As mulheres permaneceram lavando, cozinhando, cuidando das crianças e de todos os afazeres sujos da casa grande. Também se preservavam em silêncio e mantinham os corpos submissos perante lei. O patriarca da família dividia os comandos com os outros homens do engenho. Estava centrado neles, todo direito de decisão, toda autonomia.

Uma vez chegou lá um homem de cara diferente. Estava ali para pedir a proteção do coronel. Tinha matado um sujeito no Oiteiro, e correrá para se valer de meu avô. O velho quis saber do crime. Havia sido por questão de mulher” (REGO, 1980, p. 45).

Os homens de hoje em dia, deixaram de “lavar sua honra”? As mulheres de hoje em dia, deixaram de ser objetificadas pelo olhar masculino? Onde estão as raízes do feminicídio? A Constituição Cidadã de 1988 que alavancou as pautas do movimento feminista no Brasil, assim como a efetiva participação de mulheres das mais diversas classes sociais nos movimentos de reparação, cominou, em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Obviamente que avanços significativos foram consagrados: destacamos a licença maternidade de 120 dias, garantia do direito à creche ou mesmo o estabelecimento de mecanismos para lutar contra a violência doméstica. Mas do ponto de vista da simbologia, pensando a partir da compreensão vigente acerca do real papel social da mulher e do protagonismo que o homem ocupa nos altos escalões do poder, qual seria a conclusão mais justa?

Na intimidade das relações institucionais, nos bastidores da nossa burocracia, homens e mulheres, ainda ocupam espaços distintos. Não falamos apenas do que concerne a repartição do poder, dos núcleos de atuação social onde a notoriedade de homens e mulheres apresenta-se de maneira sobrepostas. Mas de algo que parece estar ao mesmo tempo além e aquém de tudo isso, estamos tratando de uma coisa difícil de ser traduzida, mas que permeia o antes e o depois dessa lógica hierárquica e que ratifica diuturnamente os privilégios e a produção do discurso hegemônico. Trata-se de uma

concepção fundamentada na ciência, crivada pela religiosidade, difundida na tradição. Uma concepção legítima, por ser natural.

Essa subjetividade corporificada, interiorizada em todas as dimensões da consciência humana, fundadora de arquétipos e modelos de socialização, estabelece toda nossa noção de cidadania, circunscreve o que é de direito e o que não deve ser mencionado. Assim nossa jurisprudência permanece alienada por não acessar o outro lado da realidade. Por manter-se configurada em princípios rígidos, notadamente definidos por aqueles que defendem a manutenção da ordem. Logo, temos preservadas as fronteiras que impedem a confluência entre as diversas linhas discursivas, assumimos nossos papéis e ajudamos, ainda que inconscientemente, a fortalecer os mecanismos de controle. A lei abre mão da imparcialidade, sem deixar de ser “imparcial”. É algo complexo de entender, mas isso parece fazer parte da estratégia. O fato é que

o direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas (BOURDIEU, 1989, p. 237).

Não obstante, temos a validação do relativismo diante do sistema de opressão que inibi o debate sobre as questões de gênero. Assim deixamos para segundo plano o concreto, a sexualidade encarnada, a subjetividade corporificada, privilegiando os discursos regimentares, a perspectiva verticalizada da família que não admite a intrusão de nenhum principio dialético. Notam-se algumas adequações, mudanças até substanciais em alguns parâmetros, mas nada que instaure uma verdadeira ressignificação conceitual. Não importa muito se os atores assumiram novas funções, esse movimento é intrínseco a existência de grupos humanos. O fato é que mudar de posição, não significa, necessariamente, enxergar o mundo sobre outra ótica. As pessoas podem continuar reproduzindo as mesmas práticas, ainda que estejam ocupando lugares diferentes.

Diante do que podemos observar, fica claro que o patriarcado se movimenta junto com a família. Segue seu lastro, delinea seu caminho, estabelece, inclusive, os atalhos que julgamos como possíveis saídas. O patriarcado já não parece mais com uma característica que podemos desassociar, mas como uma parte endógena que só deixará de existir, quando o conceito de família vier a significar um pacto de união que não

esteja mais submetido aos arranjos voluntários de um discurso hegemônico. Quando comportar a desestabilidade da diversidade e não precisar retroceder para justificar sua parcialidade moral.

O modo como concebemos e interpretamos a natureza e a nossa cultura, mostra como estamos distantes de nos livrarmos de uma categorização hierárquica que se mantém presa à percepção dualista, sedimentada pelo discurso biológico, controversa ao pluralismo que pulsa nas ruas e, sobretudo, nos quartos isolados das residências brasileiras. A violência institucional, alicerce da nossa democracia, manifesta-se nas relações interpessoais, sem deixar transparecer sua real intenção moralizadora.

A violência doméstica, quando conjugada com os estamentos da cristandade e reforçada por uma política de estado que negligencia as reais necessidades da mulher, imprime sobre a realidade um véu, extenso e transparente, forjado pelos interesses daqueles que ocupam os espaços de poder, mas que não admitem nenhuma sublevação da ordem. Logo, desejos são domesticados, ímpetos contidos e condutas compartimentadas em espaços restritos, sólidos demais. Mas a literatura é corrosiva. A sofisticação de seus artifícios, engabelam tiranos e doutrinadores. A cisão é certa. Mas é preciso remoer a ferida, mexer a lamina por dentro e não repelir o que dela vazara.

José Lins do Rego, autor de caráter universal, independentemente do desprestígio da língua portuguesa mundo afora, transfigura-se nesse elemento catalizador de forças revolucionárias, transfunde-se em meio à realidade de seu tempo e como parte da eternidade, não vacila diante das contingências do momento presente. A família e as questões de gênero, conflitantes conceitos que transcendem a norma culta da dialética de academia, são abordadas por esse autor através de um viés “trans-histórico”, pois atravessa passado, presente e futuro. Esse potencial da literatura não pode ser desprezado quando nos propomos a fazer análise social. José Lins vincula hemisférios antagônicos, transita com sua linguagem acida e extremamente realista, entre realidade dispares, fazendo dos conceitos supracitados, instrumentos de análise e não objetos de observação.

A família brasileira, entranhada em seus rituais simbólicos, não titubeia quando precisa defender seu direito de fala, melhor, antes que seja tarde: seu dever de fala. É preciso dizer, definir, referenciar, concluir. Mas a família não age em nome de uma palavra, mas em respeito e deferência a uma ordem hierárquica que desconhece toda forma de contestação. Por isso a literatura e o retorno aos clássicos, compreende um

passo decisivo nessa empreitada. Em outras palavras, partido de uma ortodoxia, onde o discurso da subjetividade não é valorizado, podemos, através do recurso literário, romper barreiras dialógicas e propor nuances de análise que não referendam os “donos do poder”, mas possibilitam uma ampliação do alcance das vozes daqueles que, por forças de circunstâncias históricas, foram silenciados.

Na atualidade, está evidente que os valores que fundamentam a família brasileira, sua lógica organizacional e suas formas de transmissão de conhecimentos e sentidos, já não seguem os mesmos crivos da época em que José Lins publicou seu livro de estreia. Houve inúmeros movimentos que reconfiguraram o espectro da família e sua relação com a realidade objetiva. O contexto geral se tornou um emaranhado de possibilidades vagas, outras tantas, mais solidas e menos controversas, mas nenhuma delas, ainda efetivamente definida e dinamicamente, sustentável. As cisões são características fundantes, impossível pensar em qualquer forma de desenvolvimento, sem levar em consideração os movimentos de separação, e conflitos que norteiam a relação entre família e contexto social.

O debate de gênero, posto na mesa em diversas circunstâncias, sofre com a indiferença institucional e o apadrinhamento folclórico da grande mídia. Dessa forma, dubiedades perversas, supostas verdades e muito malabarismo dialógico, acabam fragilizando e descaracterizando a luta em prol de uma revisão dos atuais estamentos da nossa burocracia. Nessa seara, notamos como a literatura, sempre afeita ao entrelaçamento de sentidos, acaba subjetivando nossa falsa diplomacia discursiva e abrindo caminho para um real enfrentamento das adversidades que, sem o reconhecimento político- institucional e religioso nega toda forma de responsabilidade pelo descaso.

Menino de Engenho, publicado no início da década de trinta do século passado, reporta-se ao universo da família brasileira e das questões de gênero, partindo de um realismo impossível de ser alcançado pelo olhar dos legisladores da lei e da moral. Trata-se de um realismo estetizado, explorado em suas nuances mais subjetivas, polemizado, estruturalmente simbolizado em fatos e acontecimentos que transcendem toda lógica convencional da narrativa Institucional da ciência e da política.

A literatura, elemento híbrido do nosso contexto social, capaz de focalizar e misturar, estados de consciência e aspectos concretos do mundo em torno, rejeita representações lineares e ideias de desenvolvimento cronológico. Em Menino de

Engenho, o autor não pretende chegar a nenhuma conclusão exata, da mesma forma como não deseja oferecer pontos de referência definitivos ou seguros.

O viés de atuação é divergente e propositivo. A família e os embates sobre gênero são temas que, na obra mencionada, não aparecem vinculados a determinado desenvolvimento, nem a uma evolução temática definida. José Lins nos mostra, a partir de sua narrativa, que esse terreno de análise é instável e não pode ser abordado com o rigor e o pragmatismo de quem busca respostas prontas, visando intervenções verticais dentro do contexto.

O autor em análise compõe uma narrativa que perpassa sua biografia, suas memórias e afetos, sem perder o controle do enquadre sociológico e da estética linguística. Os pais do José Lins morreram em condições análogas as circunstâncias do protagonista, Carlinhos. Toda ambientação geográfica da trama e as personagens que transitam em seu interior, são figuras resgatadas de sua lembrança. José Lins pensa os valores de sua família que corroboraram na formação de sua personalidade e na estrutura social que formatou sua realidade empírica, traçando em “Menino de Engenho”, uma linha histórica que o conecta com o passado, o faz ressignificar o presente e refletir sobre o futuro. Como afirma Judith Butcher (2017),

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, torna-se um teórico social (BUTLER, 2017, p. 18).

Livre do pragmatismo imbolizante que afeta instituições e agentes da ordem, José Lins não tem o compromisso de deduzir nada e sim narrar, tudo é representado através de figuras, de uma atmosfera, seus atos, sofrimentos e prazeres, e não apenas através de simples reflexões e pensamentos. E como o narrador insiste continuamente na totalidade de seu mundo, de sua história, e deseja evitar ao máximo as indeterminações, baseando toda e qualquer impressão em sua facticidade, surgem também os contornos de um sistema, de um sistema épico e, portanto, de uma totalidade.

## O QUINZE: ARRANJOS E DESARRANJOS DE UMA ESTREIA FEMININA.

“À tardinha sentava-se no caixão à porta de casa, para fumar o seu cachimbo de canudo comprido; mas ficava sozinha, resmungando ninguém sabe o quê”.  
(REGO, 1980, P.42)

Em 1977, Rachel de Queiroz foi à primeira mulher aceita na Academia Brasileira de Letras. Sobre o pseudônimo de Rita de Queiroz, mesmo antes de completar a maioridade, já era colunista oficial do periódico, “O Ceará”. Em 1937, na cidade de Fortaleza, foi presa por conta de sua militância no Partido Comunista, ficando detida por dois anos. Também foi membra do Conselho Federal de Cultura, desde a sua fundação, em 1967, até sua extinção, em 1989.

Em 1966, participou da 21ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, na qual serviu como delegada do Brasil, trabalhando especialmente na Comissão dos Direitos do Homem. Mulher, nordestina, desprezada em muitos centros acadêmicos por conta de sua íntima relação com as principais lideranças do Golpe Militar de 1964, Rachel de Queiroz é uma personalidade histórica, controversa e de um talento incomensurável.

Em 1919, estreou no cenário literário brasileiro com, “O quinze”. Quando o livro foi publicado, a autora tinha apenas 19 anos. Augusto Frederico Schmidt, Graça Aranha, Agripino Grieco e Gastão Gruls, esses, os críticos mais importantes da época, festejaram a publicação. Editado às expensas da própria autora, não mais de mil exemplares, “O quinze” acrescentou ao universo ficcional da literatura brasileira, um novo olhar sobre o país. Um olhar necessário, único e inconfundível, pois a partir daquele momento, pela primeira vez, uma mulher, ainda muito jovem, nascida em 1910, na pobre região do Quixadá, Estado do Ceará, desenvolve uma literatura de alto nível, onde se destaca suas protagonistas femininas, totalmente avessas a subalternização da égide masculina.

Conceição e Vicente são os dois grandes protagonistas da obra em análise. Personagens que transitam numa paisagem árida, assombrada pela fome, pela seca e, sobretudo, pela falta de perspectiva e esperança. As famílias dos respectivos personagens apresentam uma configuração tradicionalista, afeitas aos dogmas do cristianismo e do patriarcado. Nessa dinâmica, homens e mulheres devem cumprir funções muito distintas, empreender ações que os distingam e representar, mesmo nos

gestos mais simples do cotidiano, a reafirmação do lugar que ocupam. Conceição e Vicente são autênticas metáforas de um tempo histórico que ainda guarda nítidas referências no presente.

Mas Rachel de Queiroz utiliza-se de Conceição para fazer uma série de questionamentos acerca dos estamentos heteronormativos que buscavam reduzir o sentido do universo feminino. Conceição apresenta um comportamento que destoa da habitual posição ocupada pela mulher nos romances brasileiros até aquele momento. Leitora ávida, descomprometida com a ideia de casamento e muito interessada nas questões sociais que faziam parte de seu contexto, nunca se submeteu ao conformismo praticado pela sua avó, Dona Inácia. Em uma passagem do romance, percebemos o posicionamento ideológico da autora, definindo caráter político das personagens:

“Conceição tinha vinte e dois anos e não falava em casar. As suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora com os dezoitos anos e o tempo de normalista; dizia alegremente que nascera solteirona. Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão... - Essa menina tem umas ideias!” (QUEIROZ, 2010, p. 14).

Esse embate de interesses e diferentes formas de compreensão da realidade irá conduzir todo conteúdo da obra. Pois Conceição se colocará como contraponto necessário para que a autora possa formular seus ideais em defesa da liberdade de expressão da mulher e da ampliação dos seus espaços de influência. Conceição preservava o hábito pela a leitura, algo muito incomum entre as moças da época. Explorava a velha biblioteca do seu falecido avô e acessava a partir daí, textos de caráter socialista, romances psicológicos, subversões literárias. Seus posicionamentos, sempre entravam em contradição com as ideias de Dona Inácia, sua avó. A instabilidade discursiva gerada por essa confrontação geracional, entretanto, não só geracional, mas também política, não descredibiliza o discurso de sua avó, mas nos mostra que

o sujeito não é determinado pelas regras quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes. Em certo sentido, toda significação ocorre na órbita da compulsão a repetição; a “ação”, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação dessa repetição (BUTLER, 2018, p. 250).

O discurso de Conceição representa justamente essa variância. Inseridas sobre a mesma lógica social, regidas por valores e credices que atuam no sentido de normatizar toda forma de comportamento e conduta, temos nas falas e no espírito inquieto da protagonista, aquilo que impulsiona o sentido social da obra para os mais elevados patamares da análise crítica. Sempre rechaçada por sua avó e olhada com uma suspeita indiferença por Vicente, seu grande e irrealizado amor, Conceição transita a margem de um discurso que se autoproclama oficial, mas que nem por isso, impossibilita suas sutis interferências. Refletindo sobre as dificuldades de afirmação enfrentadas pela referida personagem, é quase impossível não se lembrar do filósofo britânico do século XIX, Jonh Stuart Mill (2019), quando afirma que,

os que sustentam uma opinião impopular estão particularmente impostos a calúnias dessa espécie, porque, em geral, são poucos e sem influência, e ninguém, a não ser eles, se sente muito interessado em que se lhe faça justiça. Aos que atacam uma opinião dominante, essa arma é, no entanto, pela natureza do caso, negada; eles não podem usá-la com segurança própria, nem, se pudessem, ganhariam senão provocar repugnância pela causa que defendem (STUART MILL, 2019, p. 96).

Em “O quinze”, a família é abordada como uma instituição que se responsabiliza pelas consequências das atitudes de seus membros. Existe uma noção de unidade, algo solidificado pelas narrativas históricas que resguardam os mais importantes valores de cada agrupamento, bem como os sentidos que os vinculam a terra e ao contexto determinado pela época. Por conta dessa dinâmica organizacional, valores e perspectivas individuais são oprimidas, quando não, descartadas em favor de uma lógica que contesta toda forma revisão histórica. Mais uma vez, recorreremos ao pragmatismo do John Stuart Mill, para chamar atenção de algo que parece estar intrinsecamente vinculado a formação da personalidade humana.

Ninguém tem, sobre o problema da excelência na conduta, a opinião de que as pessoas devam tão somente copiar-se umas às outras. Ninguém afirmaria que não se deva pôr no próprio modo de vida, na direção dos próprios interesses, nenhum cunho do próprio discernimento ou caráter individual (STUART MILL, 2019, p. 101).

Então Conceição afirma sua personalidade controversa e contestadora, mesmo perante o contragosto de sua avó. Recorre aos livros e as mazelas que caracterizam a realidade social do seu contexto histórico e assumi uma posição dialética em face dos



problemas que vivencia na fazenda do Quixadá. Subjetivamente implicada com o processo de construção de sua própria identidade, ressignifica as questões de gênero e família a partir de uma problematização que sua simples existência, considerando suas falas e formas de interação com a realidade, já suscitam. Conceição representa um tipo de cisão discursiva, uma quebra na lógica hierarquicamente instituída ao longo dos séculos. Ela é a própria transição do tempo, materializada em questionamentos e insatisfações.

As profundas análises que Conceição propõe acerca do lugar que o sujeito ocupa na sociedade e de sua relação com os estamentos impostos pelas instituições vigentes, pensando sobre a função social do casamento, da família e do trabalho, nos leva a refletir sobre um viés mais filosófico, propriamente mais dialético e amplo. Nossa protagonista filosofa com muito requinte e inspira no leitor, não raras vezes, inquietações que transitam entre a metafísica e a análise social. Nessa perspectiva, a mulher não é mais configurada como alguém a margem do centro, invisibilizada por conta de um contexto que se limita apenas ao universo da masculinidade.

Sem perder a candura, Conceição radicaliza questões até então enraizadas no espaço social e isentas de crítica. Suas interpretações acerca do casamento, por exemplo, dialogam diretamente, ainda que em linhas inversas, com as ideias elaboradas pelo filósofo alemão do século XVIII, Friedrich Nietzsche. Tanto Conceição, quanto o citado filósofo, entende o casamento como uma instituição em ruína. Partindo de diferentes perspectivas, ambos rechaçam a ideia do amor romântico, problematizando valores e credences que já não sustentam sobre as mesmas premissas. Novas formas de pensar o casamento a partir de uma modernidade eivada de instabilidade e transformações. Se não, vejamos:

Testemunha disso é o matrimônio moderno. Aparentemente ele perdeu toda a sua razão de ser, ainda que isso não seja uma objeção ao matrimônio, mas sim contra o modernismo. A razão do matrimônio residia na responsabilidade exclusiva do homem. Dessa maneira havia um elemento preponderante no matrimônio, enquanto que agora ele coxeia com ambos os pés. A razão do matrimônio consistia no princípio de sua indissolubilidade, a qual não significava pouco frente ao fortuito dos sentimentos, das paixões, dos impulsos do momento. Consistia também na responsabilidade das famílias quanto à escolha dos cônjuges. Com a indulgência crescente até o matrimônio por amor foram destruídas as próprias bases do

matrimônio, tudo o que o erigia em constituição” (NIETZSCHE, 2018, p. 86).

Rachel de Queiroz utiliza de Conceição, uma espécie de autor-ego, para inscrever o estatuto da feminilidade nessa discussão. No Brasil, antes dela, ninguém havia feito isso. A literatura regionalista, crivada em meados da década de trinta do século passado, apresenta uma dura crítica às instituições brasileiras. Uma crítica que faz jus ao seu lugar de fala e as reivindicações que proclama.

“O quinze” livro de estreia da Raquel de Queiroz, lançado em 1932, promove um profundo corte epistemológico no universo de nossa literatura. Obviamente que isso significa, também, uma profunda cisão nos nossos estudos sociológicos e antropológicos, pois essas áreas de atuação do conhecimento estavam, naquele período, alojadas na literatura. A família, o casamento, o estado, a escola, nada passou imune a pena desses autores. Mais uma vez, o niilismo nietzschiano se faz presente na crítica institucional desses autores, quando o filósofo alemão compreende que:

“Nossas instituições não valem nada: nisso todos concordam. Porém, a culpa não é delas, mas nossa. Como todos os instintos de que provieram essas instituições se extraviaram, elas, por sua vez, nos escapam porque não nos adaptamos a elas (NIETZSCHE, 2018, p.98).

Claro que o posicionamento da Rachel de Queiroz assume um caráter mais pontual, restrito a uma época e a um espaço específico. Mas isso não anula seu ímpeto revolucionário, sua lógica contrassensual e totalmente implicada com a mudança. Rachel de Queiroz instaurou um novo espaço de discursão no campo social brasileiro. Foi a partir de sua literatura, mais particularmente, do lançamento de seu livro de estreia, que pudemos aferir o verdadeiro lugar da mulher e de sua lógica significativa nos meandros da vida social, seja ela urbana ou rural. Raquel de Queiroz fez mais do que abrir arestas discursivas, mais do que fundamentar um novo posicionamento perante a realidade, precisamos reconhecer que a autora cearense expandiu o universo de análise da literatura brasileira e forjou, a partir de seus escritos, um novo campo de atuação literária.

A casa, a rua, a cidade e a roça, espaços de confluência e constituição de sentidos, espaços relacionais, imperados por valores seculares, regidos por um conjunto de premissas estreitas e, muitas vezes, asfixiantes que sofreram, com o lançamento de “O quinze”, uma profunda revisão epistemológica no que diz respeito à variância de

seus sentidos, rígida variância, se permitem o paradoxo forçoso. Pois os movimentos sempre ocorreram dentro de um mesmo espectro lógico, determinado e definido por grupos e instituições hegemônicas. Mas com seu livro de estreia, Raquel de Queiroz propõe uma diluição moral e uma ácida análise dos parâmetros éticos da sociedade brasileira.

É maravilhoso notar que todo esse empreendimento, epistêmico e ao mesmo tempo ontológico, não desprezou o requinte poético, muito menos a imensa carga subjetiva que metaforiza a realidade e torna o acesso aos excludentes sistemas de análise, algo tão intenso quanto profundamente belo. A literatura, sofisticado instrumento de apropriação da realidade e ressignificação de seus sentidos, propõe conjecturas audaciosas e, muitas vezes, viabiliza estratégias exclusivas de observação, estudo e síntese.

Pensar a realidade social brasileira, seus estamentos e complexos sistemas de exclusão, inserindo nesse escopo, mais particularmente, as noções de gênero e família, extraindo do texto de ficção literária o aporte histórico e narrativo, significa promover uma interface dialógica que representa muito mais que um trabalho científico normativo. O que chamamos de “estado da arte”, ganha, aqui, uma semelhança poética, ainda que difusa, com as próprias narrativas literárias que estamos nos propondo analisar. Claro que não falo do requinte da escrita, muito menos do potencial narrativo, mas de uma intenção, um desejo provocativo que, não raro, se encontra justamente no momento dos contrastes e das inquietações.

É nítido como a Raquel de Queiroz e o José Lins do Rego, atravessam a história da literatura brasileira preservando uma autonomia frente aos rígidos mecanismos de controles da sociedade, mas sem arrogar nenhuma forma de pedantismos intelectual, social ou político. Eles se integraram aos processos de socialização a partir de um posicionamento real, verdadeiramente existencial e implicativo. Nunca foram autores de gabinete, sempre estiveram atentos e envolvidos com as lutas sociais que configuraram, sobretudo, a primeira metade do século passado. Mesmo após a fama e todo reconhecimento, tanto nacional, quanto internacional, foram personalidades avessas aos formalismos que o status de “escritor”, muitas vezes condiciona.

## CONCLUSÃO

“Já era tão antiga, tão bem instalada a sua fome, para fugir assim, diante do primeiro prato de feijão, da primeira lasca de carne!...”  
(QUEIROZ, 2010, P.106)

O lugar ocupado pela mulher na sociedade brasileira, sempre esteve intrinsecamente vinculado aos padrões e normas estabelecidos por instituições, majoritariamente, regidas por homens, heteros e brancos. Na verdade, talvez devêssemos reconhecer que essa descrição se aplica a outros países, talvez a maioria, quiçá todos. Obviamente que não dispomos dos métodos de análises apropriados para fazer tal definição, mas basta fechar os olhos e refletir um pouco que perceberemos, o quanto é difícil encontrar alguma exceção. Mesmo consultando os livros de história, sociologia ou nas diversas fontes estáticas que temos a disposição.

Essa realidade, pensada em plano global, parece fugir um pouco do escopo de análise desse trabalho, entretanto, pensamos que vale o destaque, quando assumimos, ao logo de toda dissertação, um posicionamento meio pessimista quanto à reversão desse quadro e das possibilidades de enfrentamento de um ajuste a um contexto tão homogêneo e opressor. Direcionando a lente para a realidade social brasileira e tentando conjecturar uma analogia entre os estamentos de organização política do presente com o moralismo condicionante do passado, obtemos resultados nada agradáveis sobre o pronto de vista de uma subversão dessa ordem.

A cultura do patriarcado e toda sua indumentária simbólica, seus aparatos ideológicos, estruturas econômicas e apetrechos culturais, estão vividamente solidificados na realidade social brasileira. Os corpos femininos, suas definidas formas de exploração e exposição, pensando aí em aspectos mais corriqueiros da vida cotidiana do atual momento, servem como metáforas do que estamos afirmando. A mídia e seus mecanismos de controle não se desapropriam dos limites seletivos que fomentam o papel social da mulher. O patriarcado é a lógica, a dinâmica e o próprio sentido estético dos veículos de comunicação de massa.

Obviamente que não podemos pensar essa empobrecedora produção de sentidos em torno do corpo e da função social da mulher, algo em pleno estado de ebulição no nosso atual contexto, sem considerar as inúmeras alterações simbólicas, bem como de

caráter político e prático que dificultam a atuação dos movimentos de subversão desse estado de coisas. Essas alterações no lastro social, muitas delas facilmente identificáveis, outras nem tanto, apresentam um elevado grau de sofisticação e de poder de penetração institucional. Sobre algumas das mudanças mais cruciais, devemos considerar que

Com o surgimento do capitalismo, a mulher passou a ter não apenas funções reprodutoras, mas assumiu, também, tarefas produtoras de força de trabalho como resultado do maior espaço conquistado na sociedade. Desta forma, podemos perceber que o corpo e a subjetividade são construídos historicamente, ou seja, cada sociedade tem seu modelo de corpo e cada época tem seu modo particular de representá-lo. Este processo de constituição do corpo e da subjetividade da mulher, ou seja, a maneira como ela organiza seu modo de existir no mundo e as relações com os outros também foi influenciada pelas transformações econômicas, políticas, históricas e socioculturais (BORIS E CESÍDIO, 2007, 78).

Notadamente, essas transformações sociais atingiu toda sociedade organizada, inclusive os homens. Entretanto, pesa para o lado feminino toda historicidade de submissão imposta pela égide masculina e pelo referendo de poderosas instituições, como a igreja, o estado e a família. Não nos cabe aqui construir uma genealogia da opressão masculina sobre a mulher, algo que, para além das elaborações científicas, podem ser constatadas a olho nu, bastando, apenas, uma rápida visualizada nos noticiários da tevê.

Desde a revolução industrial, passando pelo surgimento das ideias liberais e o fortalecimento do capitalismo, temos, na mulher, sobretudo no corpo feminino, a mais perfeita metáfora da precarização humana. A mulher, assim como o negro, são os fios condutores que nos permite compreender a brutal desigualdade social sobre o ponto de vista ontológico.

Temos ai então uma cadeia de acontecimentos marcantes, geradores de sequelas e cicatrizes, aparentemente, incuráveis. Sabemos que há nós que não se desatam. Mas do que estamos falando? De um *modus operandi* isento de crítica e de qualquer reforma. Algo que nomeamos como: tradição. Definições são postas em prática, advoga-se em favor dos próprios interesses e um estado de nulidade jurídica descaracteriza toda forma de expressão contrária. Há de se valorizar a tradição! Instituições passam a atuar em

terreno fértil, com o controle dos mecanismos de produção, estabelecem seus critérios seletivos e defendem, já sem precisar fazer muito esforço, suas instâncias de poder.

Assim é a noção de tradição: ela visa a dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos (Foucault, p.23, 2008).

É preciso admitir que militar contra as referências que são engendradas a partir desse formalismo prático, eivado de carga simbólica, circunscrito no tempo e no espaço, balizado por estruturas poderosas e de variadas dominações que controlam a produção de sentidos, não é um empreendimento fácil. O fato é que a sociedade vai se organizando e constituindo seu arsenal de autodefesa e censura, tendo como norte referenciador, toda uma narrativa que, sob a alcunha de “ser uma tradição”, responsável pela representação moral e ética, espacial, cultural e de muito valor associativo, transmuta-se em variâncias tipológicas que definem o lugar de cada cidadão e cada cidadã.

Nesse sistema que é, ao mesmo tempo, epistemológico e, pretensamente, ontológico, as cidadãs, assumem o lugar de subclasse. Tudo muito “natural” e “espontâneo”. A tradição uniformiza o pensamento coletivo, tendo em vista que

No interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência. O modo pelo qual se organiza a percepção humana, o meio em que ela se dá, não é apenas condicionado naturalmente, mas também historicamente (Benjamin, 1987, p.169).

Mas... E a arte, qual a sua função em meio a tudo isso? Será que seríamos salvos pelas invencionices estéticas de um grupo de sujeitos tipificados como loucos? Os arautos da discórdia e da sublevação dos valores da cristandade? 1930, século XX, Brasil, mas especificamente, região nordeste. Espaço e tempo de atuação de um grupo de “loucos” revolucionários. Artistas que, através da literatura, resolveram denunciar as desigualdades sociais e econômicas que oprimiam uma camada significativa da população. Na verdade, a imensa maioria dos habitantes desse lugar. Denunciaram em

romances, textos de ficção que expunha a realidade dos fatos, sem nenhum maneirismo técnico. A linguagem utilizada era dura, seca, concisa.

A realidade exposta em textos de ficção. Mas qual a lógica desse subterfúgio? Por quais razões, políticos e grandes latifundiários, não assumiram as responsabilidades de tanta desigualdade social? Por quais razões, apenas a classe artística e os intelectuais das ciências humanas tomaram partido frente essas demandas e arriscaram suas próprias vidas em nome do bem coletivo? Talvez estivessem tentando ampliar o conceito de democracia, imprimindo na prática, bem como no campo linguístico, ou sociolinguístico, uma cisão simbólica que perpetrasse uma profunda desestabilidade nos nexos dos processos de socialização da época.

Raquel de Queiroz e José Lins do Rego transitaram com ampla liberdade e malícia, pelas entranhas da burocracia institucional de um país regido por uma ditadura extremamente violenta. A era Vargas e, posteriormente, os governos subsequentes, igualmente instáveis sobre o ponto de vista político e social, eivados por muita opressão e sectarismo ideológico, não impediram que os citados autores erguessem uma obra de valor universal que transcendesse os limites impostos pelo tempo. Nesse sentido, “Menino de Engenho”, publicado pela primeira vez em 1932, por José Lins do Rego e “O quinze”, publicado em 1930, pela Raquel de Queiroz, confrontam passado e o presente a partir de seus jogos de significantes.

Pensar na família e em sua intrínseca relação com as questões de gênero, extraído dessa conexão o mote narrativo para suas obras, tornou-se o ofício central desses autores. Mas essa construção metodológica não aparece, nas referidas obras, com a clareza que expomos aqui. É significativo dizer que, nem o grande público, nem a crítica especializada, muito menos os próprios autores, parecem compreender os meios pelos quais as noções de família e gênero, acabam por integrar cada livro. Tudo está tão intimamente vinculado, sendo, ao mesmo tempo, algo fundamente e constitutivo dos modos de socialização, que dificilmente conseguimos destacar a relevância dessas questões, abstraindo-as do seu sentido semântico.

Nos livros citados, a biografia pessoal de seus autores corporifica a intensa carga subjetiva que tanto cativa e impressiona os leitores. Existe uma convergência entre realidade e ficção que não compromete o desenvolvimento do enredo, tornando-o confuso e descaracterizado em sua identidade. Ao contrário, essa sinergia entre

universos aparentemente distintos, talvez só aparentemente, atualiza numa constante poética e sociológica, todos os dramas abordados por seus autores.

Os dramas, universais em sua dialógica ontologia, circunscreve numa linguagem realística, as dubiedades que norteiam as relações entre sujeito, instituições, crenças e valores. Nota-se um cruzamento, natural e espontâneo, entre o que se diz na páginas dos livros em análise e o que ocorre no cotidiano dos espaços de socialização. Gênero, família e literatura constituem um amalgama permeável e sincrético. José Lins e Raquel de Queiroz são as representações dessa simbiose entre o sentir a realidade e o materializar-se em ficção. Deveras uma simbiose de sentidos e significados, confirmando o que diz Maurice Merleau-Ponty (1994).

O sentir é esta comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. E a ele que o objeto percebido e o sujeito que percebe devem sua espessura. Ele é o tecido intencional que o esforço de conhecimento procurará decompor (Merleau-Ponty, 1994, p.84).

Nesse processo de decupagem impetrada pela consciência narrativa, temos a elaboração do texto literário e a transmissão de suas insígnias simbólicas sobre o exercício interpretativo do público leitor. Assim a literatura promove uma cuidadosa reflexão sobre os estamentos sociais, políticos e culturais de seu tempo, sempre firmando, através do registro documental de sua elaboração, possibilidades de estudos e alterações contextuais em outros momentos históricos. A literatura, dessa forma, atua como uma catalizadora de sentidos que atravessam o tempo de maneira impassível e vibrante.

As noções de família, que perpassam naturalmente as questões de gênero e que estão imbricadas com as ideias e os conceitos que norteiam a sexualidade, são fundantes para representação humana. Impossível conceber o estatuto da humanidade, sem atravessar os prismas e as premissas instituídas por essas questões. Considerando que “nossa percepção chega a objetos, e o objeto, uma vez constituído, aparece como a razão de todas as experiências que dele tivemos ou que dele poderíamos ter” (Merleau-Ponty, 1994, p.103), podemos arguir que família, gênero e sexualidade, são os objetos conceituais que, por excelência, determinam o caráter das ações humanas.

Nisso, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz, demonstram total consciência e poder de manipulação literária. Pois nas obras analisadas nesse trabalho dissertativo,



podemos concluir que as famílias, em seus manejos simbólicos, estabelecendo aí suas noções hierárquicas e organizativas, tratam das questões de sexualidade e gênero com muito cuidado, atentos para relevância que essas noções assumem no que se refere à formação da identidade e na determinação do lugar que cada sujeito deverá ocupar no espaço social. Mais uma vez, nossa compreensão acerca das obras analisadas e sua relação com as questões de gênero e família, perpassam o pensamento do filósofo francês, Maurice Merleau-Ponty, quando este afirma que:

A sexualidade, tanto quanto o corpo em geral, não deve ser considerada então como um conteúdo fortuito de nossa experiência. A existência não tem atributos fortuitos, nenhum conteúdo que não contribua para lhe dar sua forma, ela não admite em si mesma um puro fato porque ela é o movimento pelo qual os fatos são assumidos (Merleau-Ponty, 1994, p.234).

José Lins e Raquel de Queiroz operacionalizam os conceitos de família e gênero justamente a partir dessa perspectiva. Entendendo a sociedade como espaço onde os arranjos simbólicos imprimem sua ética e seus modos de confluência. Nisso existe um engajamento dos indivíduos que, muitas vezes, contradiz os interesses por traz das normas institucionais de certos contextos. Mas nessa disputa por espaço de atuação e realização dos desejos, todos estão implicados com suas verdades. Essa é uma das questões que confere a “Menino de Engenho” (1932) e “O Quinze” (1930), certa gravidade narrativa, uma rusticidade poética que tanto coaduna com a realidade nordestina. A sinergia é autêntica e ao mesmo tempo, impulsionadora de novas possibilidades interpretativas. Texto, autor e realidade, parecem compor em conjunto, imperando uma espontaneidade que resulta da implicação que uma instância mantém com a outra.

É importante ressaltar que toda contextualização histórica empreendida nesse trabalho, teve como principal intuito, localizar no tempo, as transformações sociais e políticas que reconfiguraram o espaço geográfico onde se deu os acontecimentos narrados em “Menino de Engenho” e “O quinze”. A relevância dessa elaboração está no fato de que não podemos desvincular os eventos narrativos, muito menos a biografia de cada autor, das questões inerentes aos processos de modernização do Brasil, ocorrido com a automatização da nossa indústria a partir da década de trinta do século passado e

dos inúmeros conflitos morais provenientes da revolução comportamental ocasionada após a primeira guerra mundial.

Dessa forma, podemos abstrair de toda essa conjuntura, os sentidos e, sobretudo, os paradoxos que passaram a caracterizar o comportamento e a conduta social dos homens e mulheres desse país. Houve uma reviravolta no que diz respeito ao poder de inserção institucional. A família, por exemplo, passa ter que lidar com novos arranjos e formas de organização. Sua atuação fica comprometida em muitos aspectos. Funções que eram até então bastante definidas, passa por uma revisão conceitual que altera na prática, bem como campo simbólico, muito do seu status de compreensão. A família passa a traduzir os conflitos da *macro* sociedade, sem conseguir manter intacto seus estamentos organizativos.

Na década de trinta, do século XX, o Brasil passa por inúmeras transformações sociais, seja do ponto de vista político, passando por diversos setores do serviço público, seja no campo arte, quando tivemos a instauração de diversos movimentos, nas mais distintas linguagens. Na música, com Heitor Villa-Lobos, nas artes plásticas, com Candido Portinari e Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque Melo, e na literatura, com o surgimento de diversos autores nordestinos que ressignificaram o projeto estético empreendido pelo Movimento Modernista de 1922.

Esses autores retrataram os conflitos entre a família e as questões de gênero, a partir de uma perspectiva diferente da geração anterior. Nesse sentido, temos uma profunda incursão pelo universo da pobreza do povo nordestino, suas dificuldades em lidar com a escassez de água e de alimento, sem falar do descaso político que essa região sofria, mediante a indiferença dos governantes sulistas.

José Lins do Rego e Raquel de Queiroz, por exemplo, representantes seminais do movimento regionalista, nomenclatura que definiu o projeto literário desenvolvido pelo grupo de autores nordestinos que despontaram naquele período, exploraram esse contexto de desigualdade econômica e opressão subjetiva, tencionando as questões que envolvem a família e as noções de gênero, numa implicação narrativa que dessacraliza as crenças e os valores normativos da época. Esse trabalho dissertativo buscou demonstrar quanto o empreendimento desses autores, foi e continua sendo importante para todos aqueles interessados em compreender a linha evolutiva que descreve o processo de ressignificação moral do comportamento individual e das práticas institucionais na sociedade brasileira.

Tudo isso, obviamente, inserido ao mote central da nossa pesquisa, que buscou refletir sobre os conflitos existentes entre a família e as questões de gênero, tomando como referência os livros de estreia do José Lins do Rego e da Raquel de Queiroz. Essa incursão pelo universal da literatura, somado aos textos da sociologia clássica que lemos e relacionamos ao nosso tema de análise, proporcionou uma compreensão muito mais ampla acerca do caráter subjetivo da opressão a família exerce sobre as questões de gênero e como tudo isso reverbera na vida cotidiana das pessoas e incide no perfil das nossas instituições.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ética Pós-Moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- BENJAMIN, Walter. “A obra-de-arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: autêntica, 2017.
- LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. Petrópolis: Editora, 2010.
- CALVINO, Ítalo. **Porque ler os clássicos**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- CAVALCANTI, V.R.S. & GOMES, G.E.B.C. Violência(s) portas adentro: categorias relacionais como gênero e famílias em foco interdisciplinar. In: BASTOS, A.C.; MOREIRA, L.V.; PETRINI, G. & ALCÂNTARA, M.A. (Orgs.). **Família no Brasil: Recurso para a pessoa e sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015, p.313-338.
- CAVALCANTI, V.R.S. & PETRINI, Giancarlo. **Família, sociedade e subjetividades**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DURÃO, Fabio Akcelrud. Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários. **Delta**, São Paulo, v. 31, p. 377-390, ago. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445014919759499939>. Acesso em 17 out. 2018.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A Abordagem Etnográfica na Investigação Científica. **Etnografia e Educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011, pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2.
- MEDEIROS, Maria das Graças L. de. Família, gênero e sexualidade: um olhar pós-moderno. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

MINAYO, M.C. et al. **Pesquisa social**: Teoria, método, criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação? **Revista da FAEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 69-81, jul./dez. 2013.

PETRINI, G. & DIAS, M.C. A família e os seus desafios na contemporaneidade. In: MOREIRA, L.V. de C. (Org.) **Psicologia, família e direito**: interfaces e conexões. Curitiba: Juruá, 2013, pp. 275-288.

PETRINI, Giancarlo; ALCÂNTARA, Miriã Alcantara Ramos. Vida Familiar: a busca da satisfação em meio a ambiguidades. In: BASTOS, A. C. S.; MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, G.; ALCÂNTARA, M. A. R. (Orgs.). **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015. 596p.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro, 2010.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro, 1980.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2009.

RODRIGUES, C.S. & Outros. Pesquisa em educação e bricolagem científica: rigor, multirreferencialidade e interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.162 p.966-982 out./dez. 2016. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3720/pdf> Acesso em 07/11/2018.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio do ócio**. Rio de Janeiro, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

SCOTT, Parry. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças, história e mobilidade. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 25, Número 2, Maio/Agosto 2010.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SPINK, P. Análise de Documentos de domínio público, de domínio público. In: SPINK, M.J. (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1998.

STOLCKE, Verena. ¿Qué tiene que ver el género con el parentesco?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 176-189, mar. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/198053142848> Acesso em 07 nov. 2018.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 15, jan. 2006. ISSN 1806-9584. Disponível

em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100003>>. Acesso em: 07 nov. 2018.